

UNEMAT

UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso

Carlos Alberto Reyes Maldonado

PROFLETRAS

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS



PROFLETRAS

Rede Nacional

MESTRADO

UNIDADE CÁCERES

UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso
Carlos Alberto Reyes Maldonado



PROFLETRAS

Rede Nacional

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS

Av. Santos Dumont - s/n - Bloco do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Linguagem
Cidade Universitária - Bairro DNER - CEP 78.200-00 - Cáceres-MT
Tel. (65) 3224-1307

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO ~~
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS**

SIRLENE BATISTA DA COSTA SANTOS

**OS EFEITOS DE SENTIDO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DAS RUAS DE
SÃO JOSÉ DO POVO – MT: UMA PROPOSTA DISCURSIVA DE LEITURA
E ESCRITA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

CÁCERES-MT

2024

SIRLENE BATISTA DA COSTA SANTOS

**OS EFEITOS DE SENTIDO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DAS RUAS DE
SÃO JOSÉ DO POVO – MT: UMA PROPOSTA DISCURSIVA DE LEITURA
E ESCRITA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação de Mestrado Profissional em Letras
– PROFLETRAS, apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade do
Estado de Mato Grosso, para a obtenção do
título de Mestre em Letras, sob orientação da
Professora Doutora Ana Maria Di Renzo.

CÁCERES-MT

2024

Santos, Sirlene Batista da Costa.

13 OS EFEITOS DE SENTIDO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DAS RUAS DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT: UMA PROPOSTA DISCURSIVA DE LEITURA E ESCRITA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL / Sirlene Batista da Costa Santos. - Cáceres, 2024.

093f. : i1

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Letras/CAC-PROFLETRAS - Cáceres - Mestrado Profissional, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: ANA MARIA DI RENZO.

1. LINGUAGEM. 2. ESPAÇO. 3. SENTIDO. I. RENZO, ANA MARIA DI.
II. Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 81

SIRLENE BATISTA DA COSTA SANTOS

**OS EFEITOS DE SENTIDO NO PROCESSO DE NOMEAÇÃO DAS RUAS DE
SÃO JOSÉ DO POVO – MT: UMA PROPOSTA DISCURSIVA DE LEITURA
E ESCRITA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Ana Maria Di Renzo
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Professora Doutora Juliana Freitag Schweikart
Avaliadora Interna– PPGL/UNEMAT

Professora Doutora Erisvânia Gomes da Silva
Avaliadora Externa– UNIFAC/MT

APROVADA EM: ____/____/____

À Iraides, Memê (*in memoriam*), Paulo (*in memoriam*), Ana Karoline e Maria Paula. Por tudo
que foram e são em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus pelo sustento na luta.

Aos meus pais, Iraides e Memê pela educação, zelo e por acreditarem em meu potencial, sinônimos de minha resistência.

Ao meu esposo Paulo (in memorian), anjo, amigo, confidente, pela compreensão, pela parceria. Meu muito obrigada, por estar sempre comigo nas horas mais difíceis desta trajetória.

Às minhas meninas Ana Karoline e Maria Paula pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

À minha Professora Doutora Maristela Cury Sarian, pelos momentos de parceria, discussões e aprendizados. Obrigada pelas orientações ao longo da escrita deste trabalho.

À Professora Doutora Greciely Costa por aceitar contribuir com este trabalho.

À Professora Doutora Eni Puccinelli Orlandi pelos ensinamentos e por nos fazer refletir sobre nossa práxis.

À Professora Ana Maria Di Renzo, por me apoiar no momento mais delicado para a conclusão dessa jornada.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Letras – Profletras, unidade Cáceres: Eni Orlandi, Éverton, Francisco Fleck, José Leonildo, Maristela Sarian e Vera Regina Silva por contribuírem para minha evolução enquanto pessoa e profissional.

À Simone de Sousa Naedzold, Doutoranda do PPGL, pelas inúmeras contribuições, não sei como agradecer por tanto.

Às minhas colegas de Mestrado, Érica, Nádia, Rosângela e Sirlei, pelos momentos em que dividimos nossas angústias.

Atravessados por espaços simbólicos que se comprimem nos trajetos urbanos, os sujeitos se significam em processos latentes que irrompem em novas relações, novos sentidos, novos desenhos de cidade.

Como atravessar o urbano, visando os sentidos da cidade exatamente onde eles escapam?

Que gestos inscrevem o sujeito nos espaços de-limitados da cidade?

Que formas de sociabilidade aí se produzem.

Eni Orlandi, Cidade Atravessada, 1999.

RESUMO

Este trabalho está vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras, ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, Câmpus Universitário Jane Vanini, de Cáceres. Tem por objetivo dar condições aos alunos de compreenderem os efeitos de sentido em funcionamento no processo de nomeação das ruas do espaço urbano da cidade de São José do Povo – MT, trabalhando a constituição histórica e o funcionamento do discurso dos nomes das ruas desta cidade. Esta pesquisa fundamenta-se em alguns pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de Michel Pêcheux e Eni Orlandi. A proposta de Intervenção Pedagógica foi elaborada para ser desenvolvida com alunos do quinto ano do Ensino Fundamental, porque entendemos que este material oportuniza a circulação do trabalho de diferentes materialidades significantes em sala de aula. Para tanto, elaboramos um produto final que será um caderno de atividades com atividades planejadas para serem desenvolvidas com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental sobre leitura e produção de texto como proposta discursiva para o ensino de Língua Portuguesa, mobilizando a constituição, a formulação e a circulação do discurso, como forma de dar visibilidade à exterioridade constitutiva da língua, no batimento da linguagem, espaço, sentido e sujeitos na cidade. O caderno de atividades está estruturado em **cinco** atividades: I – Roda de conversa: os sentidos de São José do Povo-MT; II – Mapa do município: gestos de leitura de documentários; III – Produzindo sentidos na leitura de mapas e documentos oficiais; IV – Os dizeres sobre a nomeação e designação das ruas de São José do Povo-MT: elaboração de roteiro de entrevista; V – Autoria a partir de crônicas. O caderno irá compor a parte de anexo deste trabalho. Este produto final propõe um trabalho com a oralidade, escrita, leitura, pesquisa e produção de texto e coloca em evidência a historicidade e as especificidades dos movimentos da cidade produzindo sentidos. Dessa forma, entendemos que ele abre possibilidades para gestos de interpretação e autoria onde o sujeito se inscreve no espaço em que está inserido. Constitui-se em uma ferramenta que possa auxiliar os professores a entenderem a linguagem discursivamente enquanto processo de produção de sentidos.

Palavras-chave: Linguagem. Espaço. Sentido. Sujeitos.

ABSTRACT

This work is linked to the Professional Master's Program in Literature – ProfLetras, offered at the State University of Mato Grosso, Unemat, Jane Vanini University Campus, in Cáceres. It aims to enable students to understand the effects of meaning at work in the process of naming streets in the urban space of the city of São José do Povo – MT, working on the historical constitution and functioning of the discourse of street names in this city. This research is based on some theoretical-methodological assumptions of Discourse Analysis by Michel Pêcheux and Eni Orlandi. The Pedagogical Intervention proposal was designed to be developed with students in the fifth year of Elementary School, because we understand that this material provides the opportunity for the circulation of work of different significant materialities in the classroom. To this end, we created a final product that will be an activity notebook with activities planned to be developed with students in the 5th year of Elementary School on reading and text production as a discursive proposal for teaching Portuguese, mobilizing the constitution, formulation and the circulation of discourse, as a way of giving visibility to the constitutive exteriority of language, in the beat of language, space, meaning and subjects in the city. The activity book is structured into five activities: I – Conversation circle: the meanings of São José do Povo-MT; II – Map of the municipality: gestures of reading documentaries; III – Producing meanings when reading maps and official documents; IV – The words about the naming and designation of the streets of São José do Povo-MT: preparation of an interview guide; V – Authorship based on chronicles. The notebook will form the annex part of this work. This final product proposes work with orality, writing, reading, research and text production and highlights the historicity and specificities of the city's movements producing meanings. In this way, we understand that it opens up possibilities for gestures of interpretation and authorship where the subject inscribes himself in the space in which he is inserted. It constitutes a tool that can help teachers understand language discursively as a process of producing meaning.

Keywords: Language. Space. Sense. Subjects.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea da zona urbana de São José do Povo-MT.....	19
Figura 2 – Fachada da Escola Municipal Professor Gomes de Oliveira.....	20
Figura 3 – Planta baixa da Escola Municipal.....	21

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
OS SENTIDOS DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT E DA ESCOLA PROFESSOR SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA: UMA ENTRADA PELO SIMBÓLICO	15
1.1 Os sentidos da história de fundação da cidade de São José do Povo-MT.....	15
1.2 A estrutura organizacional da E.M Professor Sebastião Gomes de Oliveira	18
1.3 O público-alvo da proposta de intervenção	20
1.4 A organização curricular de Língua Portuguesa na E. M. Professor Sebastião Gomes de Oliveira	21
CAPÍTULO II	
OS SENTIDOS DA LEITURA E DA ESCRITA NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	23
2.1 A proposta interventiva	23
2.2 Os sentidos na nomeação de ruas	23
2.3 O olhar para a cidade sob a perspectiva discursiva	36
CAPÍTULO III	
UM OLHAR SIGNIFICATIVO PARA A CIDADE	42
3.1 O modo de enxergar a cidade dentro da sala de aula	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51
CADERNO DE ATIVIDADES	
Atividade 1: – Roda de conversa	56
Atividade 2: – Gestos de leitura de documentário	60
Atividade 3: – Produzindo sentidos na leitura e mapas e documentos oficiais	68
Atividade 4: – Os dizeres sobre a nomeação das ruas de São José do Povo-MT	80
Atividade 5: – Autoria a partir de crônicas	86

INTRODUÇÃO

Iniciei minha vida profissional na área da Educação em 1994, quando terminei o Magistério. Cursamos Licenciatura Plena em Letras e Pós-graduação em Língua Portuguesa, ambas na Universidade Federal de Mato Grosso, na cidade de Rondonópolis – MT. Em 2000, fomos aprovados no concurso público do município de São José do Povo, no qual atualmente atuamos como professora do Ensino Fundamental, na Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira, espaço escolhido para o desenvolvimento deste trabalho. Em 2021, finalizamos a Graduação em Pedagogia, na modalidade Ensino à Distância – EAD, pela Instituição Cruzeiro do Sul.

Durante todo esse percurso na Educação, temos acompanhado o desafio de professores, especialmente, os de Língua Portuguesa, em promover uma transformação relacionada ao ensino de leitura e escrita. Essa luta, sabemos, não é de hoje. Muito se tem procurado pela “fórmula mágica” (o que sabemos não existe, por entender que cada contexto de sala de aula é diferente e, portanto, o que pode funcionar em uma sala de aula pode não funcionar em outra) para fazer com que nossos alunos se tornem bons leitores e escritores. Mas essa luta pode continuar em vão, se nós, enquanto educadores, não procurarmos modificar nossas práticas pedagógicas, adequando-as às nossas realidades.

Antes de nosso ingresso no programa Profletras – em 2021, a nossa percepção sobre o ensino da leitura, em sala de aula, estava restrita a compreendê-la como um processo que tem início desde a mais tenra infância, quando a criança lê o mundo que a cerca, antes de iniciar seu ingresso no ensino formal, e como todo o processo de transformação dela ao ingressar na creche e depois nos anos iniciais escolares. Ao iniciar no mundo acadêmico, já no Ensino Fundamental, ela começa o processo de aprendizagem a partir dos mecanismos que o professor começa a trabalhar com ela, e, assim, tem-se início o desvendar do universo da aprendizagem com a junção das letras, depois das sílabas e, finalmente das palavras até chegar aos textos mais elaborados e mais complexos em que as leituras começam a fazer e a apontar os sentidos presentes em cada um dos textos, pois na construção do conhecimento da língua(gem) o sujeito é sempre atravessado pelos discursos com os quais ele entra em contato.

Nesse contexto, através do contato com os teóricos, que nos foram apresentados, durante as aulas das disciplinas do Mestrado, bem como com as trocas de conhecimentos entre professores e colegas de sala, pudemos perceber que o ato de ler está para muito além da leitura das sílabas, das palavras e dos enunciados presentes nos textos. Pudemos notar que os sentidos, bem como os deslizamentos de sentidos, também, fazem parte da compreensão da parte e do todo de

um texto e que ela depende de muitos fatores que influenciam direta ou indiretamente nos mecanismos de aprendizagem acionados no momento da produção desses sentidos e que são construídos a posteriori pelos sujeitos que entram em contato com eles. Assim como os alunos aprendem com seus professores, esta também é a relação que apresentamos com os nossos professores quando nos propomos a voltar para a sala de aula e a luz dos teóricos ressignificar nossas convicções, abrindo novos espaços para novas aprendizagens.

Sabemos que a mudança, sempre representa uma transformação e isso não é algo fácil, mas, também, sabemos que somos capazes de modificar, aos poucos, as práticas em funcionamento na escola. Essa transformação, inevitavelmente, faz parte dos efeitos das políticas públicas de ensino de Língua Portuguesa propostas pelos documentos oficiais que regulam como devem ser as práticas pedagógicas nas unidades escolares do país. Dessa forma, buscaremos, através da Análise do Discurso (doravante AD), outras formas de se trabalhar com a língua(gem) no que se refere ao desenvolvimento da leitura e escrita para além da sala de aula, pois entendemos que essa prática não se resume apenas nas condições de produção propiciadas pela escola, mas para vida do aluno enquanto cidadão do mundo.

Ao longo de minha existência, sempre morei em São José do Povo – MT. A nossa vivência nessa mesma localidade nos propiciou observar a relação que temos com o espaço geográfico em que vivemos e a desenvolver este trabalho. Assim, concordamos com Eni Orlandi que ao estabelecer uma outra forma de compreender a cidade (ou seja, o espaço em que vivemos) mediado pelo discurso, podemos transformar o sujeito e a sua realidade. Segundo essa autora, nessa perspectiva é possível, “mostrar que a forma da cidade e a forma sujeito, ou seja, o modo como os sujeitos aí estão dispostos, estão ligados. O modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los” (Orlandi, 2011, p. 694). Dessa forma, faz-se necessário observar o sujeito, a sua história e a sua língua para que se possa estabelecer a significação da relação existente entre eles e que é sempre particular.

Dessa forma, podemos afirmar que muitas são as possibilidades de análise quando a abordagem são o espaço geográfico e os sujeitos que neles habitam e uma delas é observar essa relação mediada pela língua(gem). Podemos pensar o sujeito, a casa e a rua, como proposto por Orlandi, e ou “o sujeito com a rua e a cidade” como propomos, o sujeito, a cidade e o estado, o sujeito, a casa, a rua, a cidade, o estado e tantas outras possibilidades. Devido ao nosso curto tempo para a elaboração da dissertação vamos nos ater ao recorte entre o sujeito e a rua e as relações da língua estabelecidas entre eles.

Nesse sentido, a nossa relação com o nosso espaço (município de São José do Povo) sempre foi de buscarmos informações relacionadas a ele desde e à sua fundação. Assim, surge o desejo da realização desse trabalho, os efeitos de sentido existentes no processo de nomeação das ruas existentes no município. Entendemos que esse trabalho é de fundamental importância, pois ele se constitui em uma forma de transformação na relação de produção de sentidos, a partir do uso da língua(gem), na escola em que atuo, demonstrando aos alunos a importância de se buscar compreender a relação que a rua, em que eles habitam, tem muita história a ser analisada e para além dos muros da escola despertar outros sentidos em todos os moradores que fazem parte da vivência desses espaços em que as ruas se encontram, pois ao propor que os alunos façam pesquisas para a descoberta da razão da nomeação da rua em que habitam significa estabelecer um momento da reflexão, mediado pela língua(gem), e, assim, eles possam entender os possíveis sentidos que um único nome pode despertar nele e na localidade em que mora. Dessa forma, acreditamos que essa proposta de trabalho dará aos alunos a oportunidade de experienciar novas maneiras de ler, escrever, entender e instaurar-se como sujeito através de suas relações com o mundo do qual fazem parte.

Portanto, para que este trabalho interventivo proposto seja desenvolvido, foram elaboradas cinco atividades que deverão ser aplicadas junto aos alunos, trabalhando a constituição histórica dos nomes pela perspectiva da AD.

Para seu desenvolvimento, escolhemos a Escola Professor Sebastião Gomes de Oliveira, por fazer parte do corpo docente desde sua fundação. Ela fica localizada na entrada principal da cidade, o trabalho foi elaborado para alunos do nono ano, e após o redimensionamento nas escolas municipais decidimos adequá-lo ao quinto ano, série na qual venho atuando nesses dois últimos anos.

O objetivo que nos move a desenvolver tal proposta é oportunizar condições aos alunos de compreenderem os efeitos de sentido em funcionamento no processo de nomeação das ruas do município de São José do Povo – MT, a partir do trabalho com a língua(gem) na perspectiva da constituição histórica dos nomes pela AD, objetivando mais especificamente ressignificar a prática de produção da leitura e escrita no Ensino Fundamental pelo viés da cidade enquanto um objeto simbólico, considerando a relação sujeito-sentido, constituindo um arquivo - um caderno de atividades - para divulgação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos e para a comunidade escolar e para além dela.

Dessa forma, a estrutura do trabalho está organizada em três capítulos. O primeiro é dedicado à apresentação de um breve relato sobre os sentidos da cidade que em se instaura tal

proposta de trabalho, bem como da escola, sua estrutura organizacional, o público-alvo e a organização curricular das práticas pedagógicas no que tange à área de língua portuguesa.

No segundo capítulo, apresentamos as bases teóricas que sustentam o trabalho desenvolvido, bem como os deslocamentos teóricos e metodológicos que a teoria nos proporcionou.

No terceiro e último capítulo, apresentamos o processo de elaboração das atividades, procurando refletir sobre a posição do sujeito a partir da compreensão de novas aprendizagens de leituras e escritas realizadas ao longo de todo o processo dessa atribuição de sentidos presentificados no processo de elaboração deste produto final.

Nos apêndices, apresentamos o caderno de atividades materializado, enquanto produto final desta Dissertação, composto pelas atividades, abaixo detalhadas:

I – *Roda de conversa* que tem por objetivo que os alunos compreendam os sentidos da cidade de São José do Povo-MT, como forma de dar visibilidade às relações que eles têm com a cidade, colocando em evidência, através da interlocução, como eles significam a nomeação das ruas de sua cidade.

II – *Gestos de leitura de um documentário* que tem por objetivo criar condições para que os alunos compreendam o sentido de nomeação, bem como oportunizar a eles a compreensão das especificidades de um documentário, especialmente, seus processos de constituição, formulação e circulação, proporcionando condições para que eles compreendam os diferentes efeitos de sentido de nomeação de ruas presentificados no documentário “Rua carioca pede socorro” exibido pela TV web CREA-RJ, no sentido de abrir espaços para que os alunos possam compreender os modos de funcionamento na nomeação das ruas de sua cidade, tomando-as como espaços simbólicos.

III- *Produzindo sentidos na leitura de mapa e documentos oficiais* que tem por objetivo de que os alunos leiam o mapa de São José do Povo-MT, colocando em evidência os modos de funcionamento do discurso dos sujeitos na cidade através da nomeação das ruas ao longo de sua história de constituição, dando visibilidade aos efeitos de sentidos em circulação na nomeação das ruas e mobilizando a prática de pesquisa a partir da busca de documentos oficiais que reportem à nomeação das ruas do município.

IV – *Os dizeres sobre a nomeação das ruas de São José do Povo – MT* que tem como o objetivo mobilizar os sentidos atribuídos pelos moradores, através de entrevista, sobre o processo de nomeação de suas ruas, colocando em evidência a sua história oficial e os modos de compreensão dessas nomeações pelos entrevistados.

V – *Autoria a partir de crônicas* que tem por objetivo criar condições para que os alunos compreendam os diferentes efeitos de sentido produzidos na leitura das crônicas: *Dois amores*; de Paulo Lins; *Em favor da própria rua*, de Paulo Mendes Campos; *Rua!* de Antônio Carlos Sarmiento, abrindo espaços para a autoria a partir da produção de crônicas que retomem o processo de nomeação das ruas de São José do Povo.

Esperamos que este trabalho possa contribuir de forma significativa para um deslocamento das práticas tradicionais aplicadas em sala de aula, por acreditarmos que a base teórica da perspectiva discursiva, auxilia o professor refletir sobre sua prática pedagógica, bem como para a mudança de hábitos corriqueiros que levam ao fracasso do ensino de língua em nosso país.

CAPÍTULO I

OS SENTIDOS DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO POVO-MT E DA ESCOLA PROFESSOR SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA: UMA ENTRADA PELO SIMBÓLICO

1.1 Os sentidos da história de fundação da cidade de São José do Povo-MT

A cidade de São José do Povo-MT fica situada ao sul do Estado de Mato Grosso, a 261,70 km da Capital, Cuiabá, com área territorial de 489,737 km². Foi criada pela Lei n. 5.486, de 04 de julho de 1989, desmembrada do município de Rondonópolis, que fica localizada a 48 km de distância, a maior cidade dos arredores e a terceira maior cidade do estado segundo o IBGE 2022. Faz limite com Rondonópolis, Pedra Preta, Guiratinga e Poxoréu. É cortada pelas rodovias MT 470; MT 270 e MT 459.

Ela foi criada pela Lei n. 5.486, de 04 de julho de 1989, em seu artigo único, traz a seguinte descrição do município de São José do Povo:

O Município criado é constituído de um só Distrito, o da sede, cujos limites são os seguintes: inicia na foz do córrego Paga, no rio Tadarimana ou Prata; por este rio abaixo até a foz do córrego do Gaúcho; por este córrego acima até a foz do córrego do Medeirão; por este córrego acima até a sua cabeceira; deste ponto em linha reta até a cabeceira do córrego Seco, por este córrego abaixo até a sua foz no córrego Alagoano; por este córrego abaixo até sua foz no rio Areia; por este rio acima até a foz do córrego Bonito; córrego Bonito até a sua cabeceira nas proximidades da MT 270; deste ponto em linha reta, sentido sul, até atingir o córrego Moreiral; córrego Moreiral abaixo até a sua foz no rio Prata ou Tadarimana; por este rio acima até a foz do córrego Monogobo; deste ponto em linha reta, sentido sudeste, ai divisando com o Município de Pedra Preta até onde esta reta atingir o córrego Paga; por este córrego abaixo a sua foz no rio Tadarimana, ponto inicial.

Historicamente, o início do povoado deu-se por volta dos anos 60, mas não se tem registrado exatamente a data precisa, no entanto, segundo Ferreira (1997), os primeiros indícios aconteceram através de povos indígenas da nação Bororo que dominavam esta área. Isso pode ser constatado nos dias atuais nos sítios arqueológicos e escritas rupestres espalhados nas encostas de serra e em abrigos sob rochas.

Ainda segundo Ferreira (1997, p. 592):

Os primeiros povoadores de São José do Povo chegaram à região atraídos por intensa campanha publicitária, pretendendo convencer aos possíveis compradores de lotes rurais e urbanos dos predicados que o projeto oferecia. José Salmen Hanze loteou extensa propriedade rural em inúmeros lotes. Desta forma as famílias adquiriam a terra e iam se estabelecendo. Desmataram o cerrado alto, deitavam semente na terra (*sic*) e esperavam o resultado das colheitas. Depois do arroz, milho e algodão, os pioneiros colonos dedicavam-se à pecuária,

A história dos “colonizadores” de São José do Povo está sendo contada de forma oral e pouco encontramos por escrito - apenas o trabalho de Ferreira. Nesse sentido, temos três versões sobre a história da fundação da cidade: a primeira, que consta no *site* da prefeitura¹, cita que as origens do município se associam à história de Rondonópolis.

As origens do município de São José do Povo se associam à história de Rondonópolis. Parte integrante do contexto econômico e social desse lugar. José Salmen Hanze chegou a região na década de sessenta, com a finalidade de desenvolver uma colonização. Os poucos recursos de que Hanze dispunha não permitiram uma infra-estrutura de grande porte. Mesmo assim a povoação tomou certo impulso no final da década da pioneira colonização. A denominação de São José do Povo se deve ao orago do lugar, São José, e a homenagem ao próprio povo da localidade, por própria conta e recurso levantou social e economicamente o município.

A segunda, que é a que Ferreira (1997), relata que José Salmen Hanze, conhecido como ‘Zé Turquim’, chegou a este lugar na década de 60 com a finalidade de desenvolver uma colonização. Ele teria doado 254 hectares para que as pessoas pudessem constituir o que consideraria a sede do povoado. Porém, mais tarde, o dito ‘fundador’ arrependeu-se e diminuiu a área para 63 hectares.

E a terceira e última versão, que ocorre de forma verbalizada, é a de que quem teria fundado o povoado seria o Padre Miguel Ortiz, que chegara a este povoado com a missão de fundar a igreja católica, através da Diocese de Rondonópolis (informação verbal)².

E, ainda hoje vemos presente a cada renomeação, o poder público sempre homenageando postumamente as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte da história do município. Da mesma maneira, conta-se também que a nomeação da cidade fora feita a partir da homenagem ao santo padroeiro da cidade: ‘São José’.

¹ Prefeitura de São José do Povo. Disponível em: <https://www.saojosedopovo.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Historia/>. Acesso em: 10 jan.2023.

² Informações repassadas pelo pároco da cidade Pe. Artur, em janeiro de 2023, em conversa pessoalmente, quando falávamos sobre o trabalho que estamos desenvolvendo.

Trazer à tona essas versões, ainda que de modo breve, é importante, pois, há uma forte relação com a nomeação das ruas da cidade, objeto do nosso trabalho, pois a maioria dos nomes dados às ruas são de pessoas que fizeram parte de sua história, como por exemplo, Padre Miguel Ortiz, que nomeia a rua da igreja católica, e onde também está situada a Escola de Educação Infantil Pe. Miguel Ortiz; José Salmen Hanze, que nomeia a rua da sede da prefeitura do município, dentre outros nomes que dão visibilidade a pessoas ligadas às versões anteriormente citadas.

O levantamento dessas questões faz com que tenhamos o desejo de fazer que nossos alunos conheçam mais sobre o seu meio e compreendam os efeitos de sentido em funcionamento na nomeação das ruas do município em que residem.

Dessa forma, levaremos a rua para ser abordada em sala de aula, a fim de que os alunos compreendam os efeitos de sentido em funcionamento no processo de nomeação, através da constituição histórica dos nomes pela perspectiva da Análise de Discurso, de forma que eles tenham condições de compreenderem parte da história de São José do Povo por meio desse recorte e, assim, conseqüentemente, a sua história, enquanto sujeito histórico e social.

São José do Povo é um município pequeno, com 2.875 habitantes, que se forma nos arredores de outras cidades e segundo Karim (2012, p. 51) sua criação “coincide com início do período do Regime Militar em 1964, passa pela Nova República, em 1985, e se estende até os dias atuais”. Sua história é muito recente e, por ser tão “jovem”, muitos aspectos nos campos econômicos e culturais ainda estão se desenvolvendo.

Figura 1 - Vista aérea da zona urbana de São José do Povo-MT



Fonte: Site da Prefeitura Municipal ³

³ Prefeitura de São José do Povo. Disponível em: <https://www.saojosedopovo.mt.gov.br>. Acesso em: 10 jan.2023.

1.2. A estrutura organizacional da Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira⁴

São José do Povo possui 4 escolas, sendo duas estaduais: uma na zona rural, a Escola Wellington Flaviano Coelho; outra na zona urbana, a Escola Ludovico Vieira de Camargo e duas municipais localizadas na zona urbana: a Escola de Educação Infantil Padre Miguel Ortiz e a Escola Professor Sebastião Gomes de Oliveira, na qual atualmente leciono.

A Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira está situada à Rua Elias do Galo, s/n., Centro de São José do Povo-MT, e funciona em prédio próprio construído pelo FNDE e pelo Ministério da Educação em parceria com a Prefeitura Municipal de São José do Povo. Ela é composta de 06 salas de aula, e as dependências administrativas, sendo: 01 sala de laboratório de informática, 01 sala destinada para a secretaria, 01 sala para a diretoria, 01 sala para a coordenação, 01 sala para os professores, 01 sala para a biblioteca, 01 cozinha, 04 banheiros, sendo 01 banheiro masculino, 01 feminino para os alunos e 01 banheiro masculino e 01 feminino para os profissionais da educação.

Esta Escola Municipal, como mostra a Figura 3, foi criada em 25 de julho de 2002, pela Lei n. 233/2002, a partir da necessidade de acolher os alunos das escolas rurais que foram fechadas nos arredores do município. Anteriormente, ela recebia o nome de grupo escolar, depois passou-se a ser chamada de Escola Municipal e funcionava num prédio doado pela diocese de Rondonópolis, onde hoje funciona a sede da Secretaria de Educação e a Escola Municipal de Educação Infantil Padre Miguel Ortiz (informação verbal)⁵.

Figura 3 - Fachada da Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira.



Fonte: Arquivo da autora (2023).

⁴ A escola recebeu este nome para homenagear um professor que iniciou sua carreira de Magistério em 1970, no município de Rondonópolis, mais especificamente, na escola do Distrito de Alto Bandeirantes (1971) e que muito contribuiu para o processo de fundação das escolas no município.

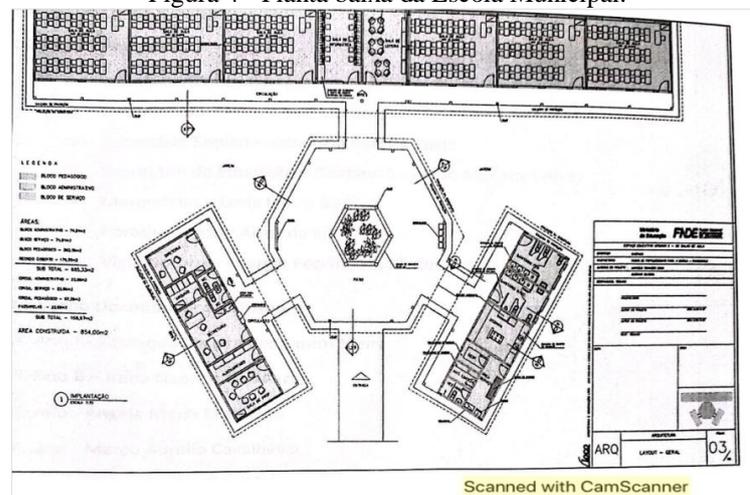
⁵ Informações coletadas em depoimento da Senhora Natália Martins Cerqueira, que ocupava o cargo de Secretária de Educação na época da fundação da escola.

A Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira atende, em 2023, cento e sessenta e cinco alunos nos períodos matutino e vespertino, devido ao redimensionamento feito no ano de 2022, a escola passou por uma modificação nos modos de atendimento de sua clientela, antes, ofertava o ensino do primeiro ao nono ano, hoje ela tem ofertado apenas o Ensino Fundamental do primeiro ao quinto ano. A maioria desses alunos são advindos da zona rural. Segundo o PPP (MATO GROSSO, 2021), a escola abrange alunos vindos de toda a cidade, incluindo os assentamentos nos arredores do município. São alunos de classe média e/ou baixa. Os alunos da zona rural têm acesso à escola por meio de transporte escolar.

O corpo docente é composto por treze professores, um diretor e um coordenador, sendo todo esse corpo pós-graduado.

Esta Escola Municipal possui uma área coberta de 852m², conforme a Figura 4 abaixo. (MATO GROSSO, 2021a, p.7).

Figura 4 - Planta baixa da Escola Municipal.



Fonte: Projeto Político Pedagógico (2021).

1.3 O público-alvo da proposta de intervenção

Para desenvolvermos este trabalho, como dito anteriormente, havíamos escolhido a turma do quinto ano, mas devido às condições de produção, mudamos para a turma do nono ano do Ensino Fundamental desta escola, por atuarmos nesta turma, que acompanhamos desde o sexto ano. Dessa forma, vimos a possibilidade de desenvolvê-la com maior êxito por possibilitar uma nova forma de dar visibilidade ao trabalho com diferentes materialidades com alunos que já vinham desde o primeiro ano tendo acesso a um processo de ensino aprendizagem pragmático, onde eram reverberadas apenas as concepções utilitárias da língua.

Mas como todo o processo é passível de mudança, e conforme havíamos relatado anteriormente, a nossa escola passou por um processo de redimensionamento e as turmas do Ensino Fundamental II foram direcionadas para a rede estadual. E estando nós, num processo de escrita mais avançado no sentido de elaborar uma proposta interventiva, decidimos direcioná-la para o quinto ano, podendo ser adaptada, posteriormente para os anos do Ensino Fundamental I, ou até mesmo aplicada por professores da rede estadual, já que ela tem por objetivo contribuir para que a nossa prática pedagógica seja repensada para além de nossa escola.

Dessa forma, enquanto docente desta escola e mestranda do Profletras, estamos nos propondo dar visibilidade a esse novo olhar do discurso urbano dentro da sala de aula, a fim de proporcionar aos nossos alunos formas de se compreender como se dão as relações de sentido “pela sobredeterminação do urbano” (ORLANDI, 2004, p.35)

Acreditamos assim, que estamos dando visibilidade ao funcionamento da rua como um “observatório do político e do social”, e às relações de sentido entre o que é colocado e o que é o “real da história”, deixando-se “levar em conta os modos sociais de produção de sentidos próprios à cidade que trazem o imprevisível, o não calculado, o que não se reduz a um plano projetado” (Orlandi, 2004, p.35).

Portanto, analisaremos o PPP da Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira, no intuito de se dar visibilidade aos modos como são trabalhados os conteúdos de língua portuguesa nesta escola, e em contrapartida, apresentar uma proposta de se trabalhar a leitura e a escrita pela perspectiva da Análise de Discurso. Dessa forma, estamos nos filiando a um novo discurso, no trabalho com diferentes materialidades significantes que deem conta de levar os nossos alunos a compreenderem os sentidos utilizados na nomeação dessas ruas.

Sendo assim, selecionamos o componente curricular Língua Portuguesa para mostrarmos como essa disciplina é significada no PPP (2021), último documento elaborado pela escola, e que incidiu nos deslocamentos propostos no projeto de intervenção.

1.4 A organização curricular de Língua Portuguesa da Escola Municipal Professor Sebastião Gomes de Oliveira

Para iniciar a apresentação da organização curricular desta escola, faz-se necessário falarmos sobre a proposta de seu PPP e de como ela está organizada para atender seus alunos em conformidade com as propostas de ensino previstas nos documentos oficiais educacionais.

Não entraremos na seara dos apontamentos pedagógicos, apenas como este documento trata dos aspectos relacionados à leitura e escrita em sala de aula.

De acordo com o PPP (2021, p.16):

[...] a matriz de Língua Portuguesa está organizada em dois eixos estruturantes: o da Leitura e o da Escrita, abrangendo diferentes níveis que vão desde a avaliação da leitura e escrita de palavras até a avaliação da leitura e escrita de textos, incluindo-se um conjunto de conhecimentos e habilidades linguísticas necessárias à proficiência na leitura e na escrita, esperadas para a faixa etária à qual o instrumento se destina, alunos de 7 e 8/9 anos de idade [...].Trabalharemos com diferentes gêneros textuais como lista de palavras do mesmo campo semântico, bilhetes, convites, calendários e outros do contexto social das crianças/alunos. Teremos como objetivo trabalhar textos, frases, palavras e sílabas.

Nessa perspectiva, verificamos que o que é posto no documento, é um trabalho voltado ao reconhecimento da língua em seu sentido utilitarista, em que são elencados termos como “avaliação”, “proficiência”, “instrumento” dentre outros, o que vai na contramão da AD, que condena esse “pedagogismo” que é visto pela escola como “soluções pedagógicas” para resolver questões de leitura e escrita, através de métodos e técnicas que deem conta desse entrave de forma imediata (ORLANDI, 2008).

Para a AD, tanto a leitura quanto a escrita, devem estar relacionadas ao universo simbólico do aluno, através da sua relação com o mundo de forma que a linguagem não sirva apenas para transmitir uma informação, mas para além disso, seja mediadora da linguagem entre o homem e a sociedade na qual ele está inserido (ORLANDI, 2008, p.38). Quando a escola não leva em consideração esses aspectos ela acaba por provocar um processo de silenciamento de seus alunos, eles não conseguem de ler e nem escrever de forma que coloque realmente as suas histórias de leituras no papel. Ele acaba ficando no círculo vicioso de repetição de conceitos já lá significados pelo professor e o livro didático.

A escola ao tratar o processo de compreensão dessa forma, traz à tona a questão da transparência da língua, e sabemos, a partir dos estudos da Análise do Discurso que Segundo Orlandi (2011, p. 697):

A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos. É deste equívoco que se alimentam as relações sociais. Acreditamos estar produzindo os mesmos sentidos quando dizemos as mesmas palavras.

Sendo assim, vemos que os dizeres inscritos neste documento partem da ordem da “completude da linguagem”. Os seus dizeres seguem a ordem do esquema de comunicação tradicionalmente proposto na escola. Dessa forma, constatamos que o propósito deste documento vai de encontro com o que nos aponta Silva (2017, p.221):

[...] sob a égide do esquema da comunicação, e, posteriormente sob a da noção de interação, em detrimento dos conhecimentos sobre a língua, tornando-a naquilo que lhe é próprio (Pêcheux,1999) indistinta em relação a outras linguagens. Observa-se, ainda, como efeito de aprendizagem, uma homogeneização e um reducionismo da língua a um empirismo textual, que dificultam a apropriação de um novo modo de compreender e aprender-ensinar a língua em sua heterogeneidade, inscrevendo a língua e o sujeito na transparência do sentido.

Segundo Silva (2017), esse efeito utilitarista da língua por via do descritivismo, se constrói de modo prescritivo e produz um efeito de identificação baseada no mesmo, e isso prejudica e controla o desempenho do aluno e o torna fracassado perante avaliações e na difusão de um discurso de eficiência e resultados que poderiam contribuir para sua formação enquanto sujeito político e social.

Dessa forma, vimos que tudo o que está sendo proposto pelo PPP da escola acaba se tornando uma proposta um pouco distante do que estamos assumindo em nossa intervenção pedagógica. Estamos nos filiando a um novo discurso que oportuniza a circulação do trabalho sem rótulos, classificações que marcam o discurso estabilizado nas escolas. Pensando em uma perspectiva que valorize as questões que envolvem os fatores de ordem social e política funcionando com a linguagem enquanto produto de interação entre os locutores.

Para tanto, elaboramos um produto final que será um caderno de atividades com atividades planejadas sobre leitura e produção de texto como proposta discursiva para o ensino de Língua Portuguesa, mobilizando a constituição, a formulação e a circulação do discurso, como forma de dar visibilidade à falha, ao equívoco e à exterioridade constitutiva da língua, “que nos leve à compreensão da construção significativa da cidade enquanto lugar não vazio, mas em que sujeitos vivem, em quantidade”. (Orlandi, 2004, p.14). Dessa forma, teremos a oportunidade de compreender os modos de funcionamento e os sentidos aplicados na nomeação das ruas do município de São José do Povo – MT.

Para que isso aconteça na escola, ela deve estar sempre atenta ao fato de que a língua é um fato social que se inscreve numa rede de filiação de sentidos (Orlandi, 2004) e que é afetada a partir da relação do sujeito com o outro.

CAPÍTULO II

OS SENTIDOS DA LEITURA E DA ESCRITA NA PERSPECTIVA DISCURSIVA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1. A proposta interventiva

A proposta inicial deste trabalho seria a de realizar um estudo voltado ao processo de nomeação-designação das ruas de São José do Povo – MT, sob as especificidades da Análise de Discurso e da Semântica do Acontecimento, através de uma proposta de leitura e escrita para o Ensino Fundamental e assim fomos para o processo de qualificação. As professoras Eni e Greciely após a leitura deste projeto sugeriram que fizéssemos um recorte mais voltado à nomeação e aos estudos dos Discursos Urbanos focado na Análise de Discurso, por entenderem que o percurso seria o mais apropriado para o desenvolvimento desta proposta interventiva.

Diante do exposto, iniciamos as leituras sugeridas e acatamos as sugestões da banca, elaboramos as atividades por meio das especificidades da Análise de Discurso e nos propomos a pensar em uma nova perspectiva para desenvolver este projeto de intervenção.

2.2 Os sentidos na nomeação de ruas

Segundo Orlandi (2020b), a nomeação é um processo fundamental na construção dos sentidos. Ela é responsável por atribuir um nome a um determinado objeto, conceito ou ideia, permitindo que seja reconhecido, comunicado e compreendido dentro de um determinado contexto social e cultural.

A nomeação não é apenas uma questão de dar um nome a algo, mas envolve um conjunto de práticas discursivas, simbólicas e sociais que determinam como algo é representado e interpretado. É através da nomeação que se estabelecem relações de poder, identidade e pertencimento.

Orlandi também destaca que a nomeação não é um processo neutro, mas está impregnada de sentidos e valores. Ela pode refletir relações de poder, hierarquias sociais e ideologias dominantes. Portanto, a nomeação não é apenas um ato linguístico, mas também um ato político, que pode influenciar a forma como percebemos e compreendemos o mundo ao nosso redor.

Em resumo, para a pesquisadora a nomeação é um processo complexo e multifacetado, que envolve não apenas a atribuição de um nome, mas também a construção de sentidos e relações de poder. É através da nomeação que damos sentido às coisas, e moldamos nossa percepção e compreensão do mundo. Ela destaca que a nomeação não é um processo neutro, mas está impregnada de significados e valores, refletindo relações de poder, hierarquias sociais e ideologias dominantes.

E, pensar na nomeação das ruas do município de São José do Povo significa pensar a relação estabelecida entre esses espaços e as escolhas de seus nomes, e esses espaços que compreendem as cidades são representados de diversas formas e, nesse sentido, e novamente concordamos com Eni Orlandi que não podemos observá-los apenas enquanto os aspectos físicos que os compõem. É preciso ir além e estabelecer outras maneiras de compreendê-los e o discurso é uma das formas que podemos utilizar para sua definição. Nesse novo olhar, o conjunto formado por sujeito, história e língua(gem), ou seja, os principais componentes de uma cidade são a melhor definição da relação de significação existentes nela. Essa relação, bem como as relações de sentidos que elas estabelecem entre si, melhor definem as relações entre os nomes das ruas do município de São José do Povo e as pessoas que nele habitam.

Para que essas relações se estabeleçam é necessário que se tenha a leitura do mundo que nos cerca. Para Freire “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (Freire, 1982, p. 9). Para esse autor é preciso, inicialmente, ter consciência do mundo em que se vive antes de se pensar em começar a ler e a escrever, pois ele entende a educação como um processo de conscientização e de transformação social e não meramente de conhecimentos.

Ao definirmos o nosso estudo concordamos com Orlandi que é importante observar as relações existentes entre os sujeitos e os espaços em que eles estão estabelecidos. O que é determinado nessa relação como público e privado para que ele se posicione enquanto sujeito pertencente àquele local. Assim, Orlandi assevera que é preciso observar:

[...] a relação social que se estabelece em diferentes condições entre a casa e a rua para, a partir daí, pensarmos os sujeitos e seus modos de vida, seus processos de significação que são interpretados pelo par público/privado. A intimidade, a sociabilidade, a hostilidade, a ruptura, a segregação, o equívoco, a contradição estarão nos ocupando nessa nossa observação. *O que é sentir-se em casa? O que é ser menino de rua, ser pichador?* (Orlandi, 2011, p. 694 grifos da autora).

Como podemos observar, no excerto acima, tudo está imbricado com as relações sociais que são estabelecidas a depender das condições em que elas são postas. Ao asseverar “O que é sentir em casa? O que é ser menino de rua, ser pichador?” Orlandi demonstra que essas relações sociais marcam a vida de uma pessoa desde a sua infância, pois esses questionamentos colocam para reflexão até que ponto permitimos que os moradores de uma casa, verdadeiramente, se sintam pertencentes à elas? E avançamos, até que ponto ao nomear uma rua os moradores delas se identificam com essa nomeação? Ainda, para Orlandi (2011), essas relações sociais têm se tornado cada vez mais tensas, especialmente pela crescente expansão territorial e que, em alguns casos, são feitas sem nenhum tipo de planejamento, o que acaba intensificando ainda mais as difíceis relações nesse contexto. Para ela:

A partir de nossas reflexões, o que temos compreendido é que as relações sociais estão se tornando indiscerníveis e tensas – ainda que, empiricamente, cada vez mais se tenta separar casa e rua, através de muros, guaritas, vigilância, prisões etc. – já que há uma diluição de sentidos entre estes dois espaços, dada a maneira como o político está presente nessa relação, significando-a. Observando a maneira como se dão os modos de subjetivação, em conflito entre o que o individualiza e o que relaciona o sujeito ao outro no espaço urbano [...] (Orlandi, 2011, p. 694).

Orlandi observa a relação entre o sujeito, a casa, a rua que são relações de tensão e conflitos, levando-se em conta o contexto político. Em nosso caso a relação do sujeito, da nomeação da rua está relacionada com a cidade e como se deu todo esse processo que remonta, também, de um contexto político em que a tensão se dá pelo fato de não se estabelecerem relações de consultas à população no momento dessas escolhas é como se os sujeitos que nelas habitam fossem seres invisíveis apenas passíveis de aceitar o que lhes são impostos pelos seus governantes.

Nenhum morador, de nenhuma localidade territorial está ali, naquele espaço geográfico, sem fazer parte da história dele. Em cada um existe o saber urbano que é construído ao longo do tempo da vida dele nesse espaço. As relações de língua(gem) que ele estabelece com cada um dos seus vizinhos, bem como de reflexões estabelecidas com sujeitos de outras localidades o levam a refletir sobre a sua própria história e como ele pode fazer para transformá-la para melhor. Essas reflexões estabelecidas com outros sujeitos podem levá-lo a ressignificar o seu espaço urbano a partir dos sentidos que, inevitavelmente, apareceram quando são estabelecidas as trocas de informações entre os sujeitos. Para Orlandi esse espaço. “[...] não é nem um vazio,

nem apenas uma função, ele é espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político.” (Orlandi, 2011, p. 695). Ainda para essa autora:

Assim, a cidade se materializa em um espaço que é um espaço significativo: nela, sujeitos, práticas sociais, relações entre o indivíduo e a sociedade têm uma forma material, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam, politicamente significados. (Orlandi, 2011, p. 695).

Para o nosso contexto de pesquisa entendemos a partir de Orlandi que essa relação entre o indivíduo e a sociedade precisa acontecer o tempo todo para que ele tenha condições de compreender os movimentos da relação que ele possui com o espaço em que ele vive.

Dessa forma, ao se trabalhar com o espaço urbano enquanto espaço simbólico-político-ideológico em suas formas de se significar, produzindo sentidos, nos leva a inúmeros gestos de interpretação e ao mesmo tempo aflora questões que englobam a constituição dos sujeitos, suas particularidades, bem como as relações de força e de poder estabelecidas em nossa sociedade.

Este trabalho reverbera a possibilidade de se instaurar uma relação mais próxima dos alunos ao saber urbano e a linguagem que os tornam sujeitos capazes de compreender sua relação com espaço por ele habitado, pois segundo Orlandi (2004, p. 11):

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só.

Nesse sentido, a cidade será compreendida pelo discurso do urbano, relacionando-se às noções de sujeito, história e língua(gem).

Num espaço (habitado) de memória, de subjetividades, a história se formula na noção de ‘eu’ urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade – textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano - vai produzir uma realidade que é estruturada de tal maneira que nos vai dar, enquanto analistas, uma imagem de texto, do acontecimento urbano, que é histórica e que se apresenta em seus vestígios. Este é nosso material de observação. Nosso contato com os sentidos da cidade. Na relação com esses espaços moventes, inter-identitários onde jogam incompletude e indistinção (ORLANDI, 2004, p. 28).

Ao trabalharmos com a atribuição dos nomes destinados às ruas, colocamos em evidência o “lugar comum” vivido na cidade, aliado ao aspecto do cotidiano, utilizado para o sujeito localizar-se em relação ao espaço habitado por ele, pois, segundo Guimarães:

Os nomes de ruas e logradouros públicos em geral se nos apresentam principalmente por seu aspecto cotidiano. Ou seja, são nomes que usamos no nosso dia a dia por razões práticas como encontrar a casa de alguém, uma loja, mandar uma carta, etc. Estes nomes estão presentes para nós por uma estabilidade cotidiana no endereço (GUIMARÃES, 2017, p. 57).

Concordamos com esse autor, pois o nome da rua significa a identidade do local em qual o sujeito habita e, conseqüentemente, acaba, por analogia, identificando os moradores que fazem parte dela. Pretendemos, então, com esse trabalho, dar visibilidade aos sentidos produzidos pelas nomeações e às condições de produção em que se nomearam as ruas deste município, de forma que criemos as condições para os alunos compreenderem questões do espaço em que estão inseridos, pois é através da língua(gem) que desenvolvemos nossas práticas de estar no mundo e direcionamos os vínculos que estabelecemos com os outros em sociedade.

Nesse sentido, pretendemos com a AD e os estudos dos discursos urbanos para propor atividades de leitura e escrita que gravitem em torno dos nomes atribuídos às ruas da cidade em que vivem os alunos, constitutivas dos sentidos produzidos por eles.

Enquanto pesquisadora-moradora da cidade, pretendemos propor um trabalho com leitura e escrita, fazendo com que os alunos se sintam parte do processo de construção e constituição da história de seu município. Nesse processo, a partir do uso da língua(gem) eles terão a oportunidade de refletir e se perceberem como membros integrantes da localidade em que estão inseridos e se significarem enquanto parte dela.

No intuito de se trabalhar com práticas discursivas que despertem o interesse do aluno, estabeleceremos, nas atividades propostas, espaços abertos para que eles, a partir da cidade, tomada enquanto objeto simbólico, possam produzir sentidos nessa relação de ensino e aprendizagem. Nesse movimento, não pretendemos capacitar cidadãos, mas formá-los.

Consideramos que a educação, e, em particular, o ensino da língua, como parte do que tenho trabalhado como a individualização do sujeito, neste caso, sendo a instituição a escola, poderia, se bem praticado como processo formador do indivíduo na sua relação com o social e o trabalho, dar condições para que este sujeito ‘soubesse’ que sabe a língua e soubesse ‘ler e escrever’, de forma a, em sua compreensão, ser capaz de dimensionar o efeito de sua intervenção nas formas sociais, com todas as consequência sociais e históricas que isto implica. Em uma palavra, se desalienasse. O que a capacitação não faz, pois o torna apenas um indivíduo bem treinado e, logo, mais produtivo. Isto não o qualifica em seu conhecimento, o que, com a formação, se dá e produz o efeito de tornar esse sujeito mais independente, deixando de ser só mais um instrumento na feitura de um ‘país rico’. Ele estaria formado para dar mais um passo na direção de não só formular como reformular e ressignificar sua relação com a língua institucionalizada, a da escola, mas também com a sociedade. (ORLANDI, 2020, p. 10)

No que concerne à leitura e à escrita em sala de aula, cabe ressaltar a necessidade de se propor uma mudança no trabalho realizado em nosso fazer de docente. Essas práticas têm sido um processo desafiador para a maioria dos envolvidos no processo ensino e aprendizagem, professores e alunos. Exige-se do aprendiz que ele saiba ler e escrever corretamente e do professor se cobram técnicas diferenciadas que os levem à aquisição dessas habilidades.

O que temos visto nas escolas é uma verdadeira “operação tapa-buracos”, onde os professores pensam que estão “resolvendo” o problema de leitura e escrita com propostas de decodificação e de elaboração de modelos que apenas repetem os discursos autoritários repetidos pelos livros didáticos adotados.

Esse pedagogismo que aí se mostra desvincula de seu contexto social as soluções para os problemas de ensino. Ou seja, decide-se que não se sabe ler e se propõem técnicas de leitura para que se dê conta, rapidamente, dessa dita incapacidade, generalizada, e que alguns até acreditam que seja inata, de que sofre o brasileiro (‘brasileiro não lê’) (ORLANDI, 2012, p. 39).

Diante do exposto, necessitamos urgentemente repensar nossas práticas pedagógicas, no intuito de modificá-las. E acreditamos que o programa do Profletras tem sido uma das ferramentas essenciais para a transformação dessas práticas. Neste caso, precisamos rever essas questões de ensino para que possamos realmente transformar nossas práticas.

Nos distanciando desses sentidos e investindo nas teorias que embasam esse projeto, acreditamos que as aulas de língua portuguesa possam se tornar mais significativas, fazendo com que os alunos e professores entendam a língua(gem) enquanto processo de produção de sentidos, o que possibilita a saída do círculo vicioso de atividades que pouco contribuem para o desenvolvimento de habilidades específicas de aprendizagem.

Nesse sentido, ao iniciarmos o desenvolvimento deste projeto, pretendemos trabalhar a leitura e a escrita, na perspectiva discursiva, pois entendemos que os nossos alunos têm o hábito da leitura em diferentes suportes, especialmente aqueles oriundos das mídias na cibercultura, e que precisam da orientação dos professores no sentido de estimulá-los a assegurar a leitura que os emancipará e ao mesmo tempo prepará-los para os desafios que enfrentarão fora da escola. Esse é um grande desafio e para que eles sejam alcançados, nós enquanto professores, precisamos ressignificar nossas práxis.

A relação com a escrita – e com a leitura – deve ir além de se saber a língua e se saber que se a sabe. Mais relevante é saber como a língua está presente nas diferentes formas de linguagem. Incluindo-se à escrita escolar, pedagógica, também as manifestações languageiras em geral, como as da rua. Não só pela sua ‘variedade’, mas pelo seu funcionamento, que é político e simbólico (Orlandi, 2020, p. 12).

Dessa forma, nesse projeto de intervenção, buscaremos associar o ensino de língua portuguesa a esse funcionamento político e simbólico no trabalho com os nomes das ruas de São José do Povo, pois pouco ou nada se sabe sobre a história da fundação do município. Há várias versões que permeiam sua constituição e encontramos, neste projeto, a possibilidade de se dar visibilidade a parte da história do município. Entendemos essa possibilidade de compreensão mediada pelos textos construídos a partir dos relatos dos alunos que se constituem em textos.

[...] o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada - embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer) (ORLANDI, 1994 pp. 112-113).

Acreditamos que a partir do momento em que esse projeto for desenvolvido no formato propositivo, teremos um objeto de estudo, constituído em textos, que poderão instigar outros pesquisadores a investigarem mais profundamente sobre os gestos de interpretação (ORLANDI, 2020) que rondam a história de fundação do município em estudo.

Trabalhando nesse sentido, estaremos propiciando um trabalho mais significativo para os alunos nas aulas de Língua Portuguesa, viabilizando momentos de interação, realizando atividades que os levem a refletir sobre o espaço que os circunda, pois acreditamos que será lançado um olhar mais significativo sobre o lugar onde habitam.

Conforme já dito, pretendemos desenvolver este projeto de intervenção baseado em práticas de leitura e escrita que sejam diferenciadas das utilizadas tradicionalmente em sala de aula, relacionando-as ao processo de produção de sentidos nas especificidades da Análise do Discurso, no intuito de constituir um produto final que desestabilize o discurso de leitura e escrita em funcionamento na escola, a partir da relação língua/sujeito/história.

Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que se faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2020, p. 13).

Dessa forma, neste trabalho, colocaremos em evidência o processo de produção de sentidos encontrados nos textos produzidos pelos alunos em que eles apresentam seus relatos de suas experiências de vida, pois através deles eles estarão se apropriando do verdadeiro sentido que é estar construindo a sua própria história de vida enquanto “sujeito cidadão”.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história e com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia (Orlandi, 2020, p. 45).

Portanto, a linguagem, na perspectiva da Análise de Discurso,

[...] visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação (ORLANDI, 2020, p. 24).

Dessa forma, no que diz respeito aos mecanismos de significação ligados ao campo da Análise de Discurso, não poderemos tomar a língua(gem) como mero instrumento de comunicação, mas como um sistema de atribuição de sentidos mediado pelo discurso. Pois,

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. Além disso, ao invés de mensagem, o que propomos é justamente pensar aí o discurso (Orlandi, 2020, p. 19).

Nessa relação de se pensar o discurso como processo de significação, devemos considerar o espaço que o sujeito ocupa na sociedade, pois o entendemos como parte constitutiva desse sujeito, segundo Orlandi (2012, p.22):

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido enquanto espaço de

representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso.

Esse processo, neste projeto, será mediado pelo trabalho com diferentes formas de língua(gem), uma vez que pretendemos colocar em evidência o processo de nomeação a partir de diferentes materialidades (Orlandi, 2020), e, assim, objetivamos dar visibilidade às relações entre língua, sujeito e história. Pois, a relação do aluno com o universo simbólico não se dá apenas por uma via - a verbal -, ele opera com todas as formas de língua(gem) na sua relação com o mundo. Se considerarmos a língua(gem) não apenas como transmissão de informação, mas como mediadora (transformadora) entre o homem e sua realidade natural e social, a leitura deve ser considerada no seu aspecto mais consequente, que não é o de mera codificação, mas o da compreensão. (Orlandi, 2012).

Sendo assim, tanto a linguagem verbal quanto a não-verbal serão mobilizadas neste projeto. Ao se trabalhar, por exemplo, com mapas, documentos, relatos de pessoas que participaram do processo emancipatório da cidade, ou ao ter contato com histórias sobre acontecimentos que permearam a constituição da sua cidade, como detalharemos na metodologia, o aluno será exposto a materiais compostos por diferentes materialidades que podem dar condições de se compreender a linguagem por diferentes perspectivas, contribuindo assim para um “mergulho” no universo simbólico.

Nos apropriaremos também em nosso trabalho da noção das condições de produção, que,

[...] constituem os discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Um deles é o que chamamos de relação de sentidos. Segundo essa noção, há discursos que não se relacionam com outros. [...] segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar. [...] Finalmente temos, a chamada relação de força. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz (ORLANDI, 2020, p. 37).

No que diz respeito, especificamente, às condições de produção relacionadas ao processo de denominação, para Costa (2012, p. 134):

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto em movimento sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e esse se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes.

De acordo com a autora, “O sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias”.

Com efeito, ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação, inscrevendo-se em uma ou outra formação discursiva, apagando um ou outro sentido. Processo esse movido pelo funcionamento da denominação (Costa, 2012, p. 135).

Dessa forma, neste projeto, pretende-se colocar em evidência esses movimentos de atribuição de sentidos engendrados pela nomeação levando-se em conta os gestos de interpretação de quem nomeou as ruas e os gestos de interpretação desencadeados na leitura e escrita de nossos alunos.

No que diz respeito à leitura, segundo Orlandi “a leitura, vista em sua acepção mais ampla, pode ser entendida como ‘atribuição de sentidos’. Daí ser utilizada indiferentemente tanto para a escrita como para a oralidade” (Orlandi, 2012, p.7).

Portanto, na perspectiva discursiva, no processo de produção da leitura, alguns fatores devem ser considerados:

- a) o de se pensar a produção da leitura e, logo, a possibilidade de encará-la como possível de ser trabalhada (se não ensinada); b) o de que a leitura, tanto quanto a escrita, faz parte do processo de instauração do(s) sentido(s); c) o de que o sujeito-leitor tem suas especificidades e sua história; d) o de que tanto o sujeito quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente; e) o fato de que há múltiplos e variados modos de leitura; f) finalmente, e de forma particular, a noção de que a nossa vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social (ORLANDI, 2012, p. 8).

Quando a leitura não é tomada a partir desses movimentos, ela se torna um mero processo de aprendizagem formal (Orlandi, 2012), em que se valoriza apenas o ato de aprender a ler e a escrever mecanicamente. A leitura, para a AD, deve estar associada às relações de sentidos do sujeito. Se, na leitura, não houver um encaminhamento que a projete a algo significativo, certamente ela não será importante para os que participam deste processo. Nesse sentido Orlandi assevera:

Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, num mesmo processo. Processo que se configura de formas muito diferentes, dependendo da relação (distância maior ou menor) que se estabelece entre o leitor virtual e o real (Orlandi, 2012, p. 11).

Nesse sentido, no que tange ao trabalho com a leitura na escola, ressalta Orlandi:

Enfim, em termos de escola, o que gostaria de ressaltar é que as leituras previstas para um texto devem entrar como um dos constituintes das condições de produção da leitura e não como o constituinte determinante delas, uma vez que, entre outros, a história das leituras do leitor também se constitui em fator muito relevante para o processo de interação que a leitura estabelece (Orlandi, 2012, p. 60).

Dessa forma, a escola precisa apropriar-se de novas formas de se estabelecer essa relação entre leitor e autor, para que as formas de aprendizagens sejam ressignificadas para a formação desse perfil de aluno, no sentido de se deslocar do que vem sendo praticado na escola,

A relação - autor /leitor – se faz através dos modelos ideais de escrita e leitura, ou das suposições que os interlocutores fazem a respeito de suas relações recíprocas com esses modelos. Quer dizer: a relação se faz tendo como referência padrão aquilo que deve ser o bem escrito e a boa leitura (ou o bom autor e o bom leitor) (Orlandi, 2012, p. 118)

E essa relação entre autor e leitor deve sempre estar mediada pelo professor, pois a leitura e a escrita se desenvolvem de forma mais efetiva quando esse trabalho é sustentado na perspectiva discursiva.

Os sentidos são, pois, partes de um processo. Realizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Têm historicidade, têm um passado e se projetam num futuro. Esse projeto significativo, se assim podemos denominar, ao mesmo tempo que ‘desgruda’ o sujeito do imediatismo de uma relação mecânica com a situação de enunciação, o ‘prende’ na responsabilidade do dizer, o de ser autor (leitor) e, logo, o de ser a origem, não do discurso, mas de sua unidade e coerência (ORLANDI, 2012, p. 118).

Sendo assim, a escola passa a ter um papel imprescindível, enquanto *lócus* legitimado para a assunção à autoria (Orlandi, 2012). Segundo Orlandi a escola pode “propiciar essa passagem-enunciador/autor - de tal forma que o aprendiz possa experimentar práticas que façam com que ele tenha o controle dos mecanismos com os quais está lidando quando escreve” (Orlandi, 2012, p. 107). Os mecanismos aos quais a autora se refere estão ligados aos mecanismos de domínio discursivo e dos processos textuais dos quais ele marca sua prática de autor.

Segundo Pfeiffer (1995, p.10-11, grifo da autora), na escola,

Para ser **sujeito-autor**, exigem-se que os quesitos como apresentar um texto com **fecho, unidade, coerência**, e que seja, portanto, **discernível, concreto, alcançável, acessível, interpretável**. E tudo isso é obtido pela impressão de que o texto em questão faz sentido, consegue obter seus objetivos propostos, desenvolver coerente e, minimamente, de modo reflexivo (?) um determinado tema. Mas o que vem a ser ‘fazer sentido’?! Penso que ‘fazer sentido’ (sempre para um certo grupo em específico) não coincida com estar no sentido.

Por outro lado, na perspectiva da Análise de Discurso, conforme Orlandi:

A nosso ver, a função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é a parte da história e não mero exercício mnemônico. Ou seja, o autor, embora não instaure discursividade (como o autor ‘original’ de Foucault), produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é a sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo. O que só repete (exercício mnemônico) não o faz. O que nos leva a distinguir: a) a repetição *empírica*, exercício mnemônico que não historiciza de, b) a repetição *formal* – técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza – de, c) repetição *histórica*, a que inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso. Este, a memória (rede de filiações), que faz a língua significar. É assim que sentido, memória e história se intrincam na noção de interdiscurso. (2017a p. 71 grifos da autora).

Pensando a questão da autoria na relação com a cidade, no livro “Eu, tu, ele – discurso e real da história”, de Orlandi (2017b), a autora apresenta as relações que o malabares - um sujeito que vive no e do semáforo - estabelece entre os que fazem parte dessa história de vida no espaço urbano. As relações entre tu e ele perpassa outras dimensões do sentido, ou seja, da representatividade no espaço em que o sujeito está inserido. Sendo assim, consideramos ser fundamental levar em conta os sentidos quando o sujeito da relação compreender o espaço em que habita.

Assim, em nossa proposta de trabalho, pretendemos compreender a cidade pelo viés do discurso, tomando o sentido dado aos nomes das ruas da cidade de São José do Povo-MT e dando visibilidade aos sentidos que incidiram nessas nomeações, pois é através do discurso que os sujeitos constroem sua identidade e sua história, o que nos demandará mobilizar a historicidade dos sujeitos e dos sentidos.

O que chamamos de historicidade são os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, seu funcionamento, o trabalho de sentidos nele. Desse modo só se pode pensar uma temporalidade se esta for uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade tal como ela se inscreve no próprio texto e não como algo lá fora, refletido nele [...] A temporalidade é a temporalidade do texto. Não se trata assim de trabalhar a historicidade refletida no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos (ORLANDI, p. 26).

Dessa forma a AD, ao trabalhar o conceito de cidade, não pretende dar visibilidade aos seus aspectos urbanísticos, mas sim aos sentidos que são atribuídos a partir da relação entre o sujeito e o ambiente no qual ele está inserido. Isto deve ser pensado enquanto um processo de formação do sujeito, que, a nosso ver, precisa sentir-se enquanto parte do processo de sua constituição.

Através do modo de funcionamento do discurso da e na cidade podemos compreender tanto a constituição do sujeito urbano com seus modos de manifestação e a maneira com que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e de ‘comunicação’, conceito que preferimos abandonar a favor do discurso já que a linguagem serve para comunicar e para *não* comunicar na perspectiva discursiva em que nos situamos (Orlandi, 2004, p. 14, grifo da autora).

Consoante Guimarães (2017), a cidade funciona para se referir a algo tratado a partir do funcionamento semântico, que, neste trabalho, será mobilizado com especial ênfase no que tange aos processos historicamente construídos no batimento estrutura - funcionamento da língua(gem) desencadeados pela atribuição dos nomes às ruas. Uma entrada possível, para dar consequência a essa perspectiva, é levar para a sala de aula a diferença de funcionamento na atribuição de um nome, mobilizando também a morfossintaxe, sustentado no batimento estrutura - funcionamento da língua(gem).

Visualiza-se, assim, a possibilidade de realização de um trabalho que rompa com os discursos tradicionais de formação de “sujeitos-leitores” e “sujeitos-autores” em sala de aula, trazendo para o centro da sala de aula as relações sujeito - cidade - sentidos, como forma de possibilitar ao aluno entender os diferentes sentidos em funcionamento no processo de constituição e nomeação previsto nesta proposta de ensino.

2.3 O olhar para a cidade sob a perspectiva discursiva

Falar da cidade enquanto fator discursivo é diferente de falar sobre ela enquanto estrutura institucional e administrativa. Estudá-la a partir do enfoque discursivo proposto pela Análise de Discurso e pelos sentidos nos faz enxergar a cidade não apenas como lugar onde transitam pessoas que necessitam de um endereço para localizar-se, mas também como espaço de significação na qual ocorrem funcionamentos discursivos que estão imersos nos acontecimentos cotidianos.

Ao observarmos a cidade discursivamente podemos compreendê-la pelo funcionamento da linguagem, pelas relações estabelecidas entre sujeitos que ocupam esse espaço. Estas relações são permeadas por diversos fatores, dentre eles temos: relações de força, de poder e ideologia que se imbricam pela necessidade de se comunicar enquanto sujeitos que habitam nesse espaço. Para Silva (1999, p. 28) “A cidade como discurso apresenta uma organização do espaço e da língua sustentada por uma ordem simbólica, onde o real da história, vem se afrontar e confrontar com o real da língua, através de um imaginário aí construído.”

A cidade está cercada por uma estrutura de comunicação nada simples, na qual se usa uma língua e uma linguagem de forma determinada para promover uma certa atividade, um certo pensar, uma certa ação e não outra. É a busca pelo funcionamento discursivo simbólico, no qual os espaços se significam e funcionam produzindo sentidos.

A cidade, quando estudada a partir deste enfoque, nos faz refletir sobre as relações sociais e as relações que permeiam entre os sujeitos que ocupam e disputam espaços e sentidos nem sempre visíveis, mas visivelmente desiguais, tal como nos descreve Orlandi.

Na cidade, a diferença ganha foros de exclusão ou inclusão na participação de benefícios e privilégios que a própria cidade construiu, e no exercício de uma cidadania marcada pela participação em um processo político. Esta diferença se legitima pela constituição, imaginária de um indivíduo livre e autônomo para assujeitar-se às normas da sociedade e da língua, levado por uma literalidade que a escrita permite construir. (SILVA, 1999, p. 27).

Neste contexto de saber urbano e linguagem, no limiar do funcionamento discursivo da cidade, encontramos nas teorias Análise de Discurso aspectos que nos auxiliam a compreender melhor o complexo funcionamento dos sujeitos e dos sentidos.

Inaugurada por Pêcheux no final dos anos 60, na França, e introduzida no Brasil por Eni Orlandi, a Análise de Discurso rompe com as estruturas anteriormente estabelecidas e constitui-se a partir de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Sendo assim, a AD, em seus estudos, tem pressuposto a relação constitutiva entre sujeito/língua/história dentro de uma relação entre o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise como fatores constitutivos da produção de sentidos na produção do discurso, permitindo o deslocamento da noção de transparência da língua, da história e do sujeito.

[...] a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstrata como a da Linguística) que é a forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto linguístico-histórica. (ORLANDI, 2020b, p. 17).

A partir desses estudos, a linguagem passou a ser concebida não apenas como um sistema de regras gramaticais, mas como produção de sentidos frente aos objetos simbólicos, trazendo o pensamento do homem para o centro das discussões. O discurso passou a ter uma ordem própria que se realiza na língua, não na ordem gramatical, mas na ordem do enunciável. A ordem que constitui o sujeito de linguagem em sujeito de seu discurso e ao qual também se assujeita. Segundo Orlandi (2020b, p. 48):

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento.

Dessa forma, a AD tem com objeto de estudo o discurso construído historicamente sem confundi-lo com a fala empírica dos falantes de uma determinada língua, sem distanciar o conteúdo da forma, mas procurando compreender a linguagem atando-a ao sujeito, de forma que ela não seja apenas estrutural, mas que faça parte da história de quem a produz. Segundo Orlandi (2020b), a unidade de análise linguístico discursiva é sempre o texto oral ou escrito, manifestação material do discurso enquanto processo pelo qual se chega à ordem significativa onde consta a discursividade e enxerga a inscrição dos efeitos da língua em seu real contraditório, incompleto, lugar de tensão entre o mesmo e o diferente e a dispersão do sujeito e do sentido. “E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”. (ORLANDI, 2020b, p. 34).

Ao estudar a cidade, o principal objetivo da AD é criar condições de produção de sentidos para que ela seja escutada em seus mais variados aspectos. Assim, ela toma o sujeito, o sentido e a história como da ordem do político e do ideológico, para a divisão e a direção dos sentidos, pois não há sujeito sem linguagem, nem linguagem sem ideologia. Isso nos permite tomar o sujeito e a linguagem se constituindo ao mesmo tempo. E é justamente nessa relação sujeito/língua/história que o sujeito vai se tornando ideologicamente constituído.

Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. É aí que se sustenta a noção de literalidade: o sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral. (ORLANDI, 2020b, p. 49).

Nesse sentido, vale lembrar que a ideologia não serve para manipular ou desviar os sentidos, mas sim para evidenciar o funcionamento da linguagem, os sentidos múltiplos e visíveis que circulam na sociedade em que vivemos, permitindo o sujeito cometer falhas e equívocos. “Assim o homem (se) significa. Se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transparência, a palavra que fala com outras.”, afirma Orlandi (2020b, p. 51).

Neste jogo parafrástico e polissêmico, as palavras fazem sentido e ao mesmo tempo estão sujeitas a falha, pois dependem para sua compreensão das condições de produção e do lugar daquele que enuncia. “Entre o jogo e a regra, a necessidade e o acaso, no confronto do mundo e da linguagem, entre o sedimentado e o a se realizar, na experiência e na história, na relação tensa do simbólico com o real e o imaginário, o sujeito e o sentido se repetem e se deslocam”. (ORLANDI, 2020b, p. 51).

A partir de estudos, na perspectiva da Análise de Discurso, um grupo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento se reuniram para fundar o Laboratório de Estudos Urbanos: o LABEURB, para estudar a teoria do discurso a partir da determinação histórica dos processos de significação. Estes pesquisadores estudam a cidade compreendida pelo funcionamento da linguagem através dos dispositivos da Análise de Discurso para dar corpo teórico-analítico a esse objeto que foi dado o nome de área do Saber Urbano e Linguagem.

O LABEURB propõe construir condições de produção para que a cidade material seja escutada em sua polissemia desigualmente visível. Ele funciona como um laboratório de estudos urbanos cujas questões se dariam por meio da compreensão do funcionamento da

linguagem com o objetivo de produzir conhecimento sobre a questão urbana e colocá-lo à disposição da sociedade, através de assessorias, convênios, parcerias, publicações, reuniões científicas, dentre outras formas.

O Laboratório trabalha chamando a atenção para a necessidade de se introduzir a compreensão do funcionamento da linguagem nas discussões e nas propostas relativas à cidade, propiciando a construção de um espaço de reflexão interdisciplinar não redutível apenas a ela. E, neste contexto, aspectos da economia, da diversidade cultural, da arte, da política, da música, da pichação, da dancinha, dos malabares, dos transeuntes, dos monumentos históricos, tudo faz e produz sentidos na linguagem da cidade. (ORLANDI, 2017a, 2017c).

Os projetos, os estudos e as publicações do LABEURB versam sobre a cidade levando em consideração os sujeitos que nela vivem. Dessa forma, procuram abrir espaços de circulação para colocar em debate questões sobre o espaço urbano, o sujeito e as diversas práticas inseridas em espaços contraditórios.

Não se trata, portanto, de correlacionar o linguístico e o social no contexto da cidade, mas de compreender a relação da língua escrita com uma exterioridade discursiva concebida como processo social, cuja especificidade está em sua materialidade linguística. [...] A cidade é um espaço de interpretação, com lugares enunciativos que o seu habitante ocupa para ser sujeito do que diz e produzir sentidos em uma relação determinada com a história. (SILVA, 1999, p. 23).

Dentre as publicações que envolvem os estudos urbanos, damos destaque à revista Rua⁶, que sempre toma a cidade e as suas múltiplas práticas por diferentes pontos de ancoragem. Essa tomada da cidade se dá por diferentes campos disciplinares, ou seja, por diferentes reflexões com seus objetos e linguagens próprias, possibilitando aliar de modo contraditório e tenso, diferentes saberes sobre o espaço e o homem sem reduzir o conhecimento aplicado.

A proposta da revista Rua é tomar a cidade como material, ou seja, uma cidade construída histórico-ideologicamente por sujeitos de linguagem que são, portanto, sujeitos simbólicos e políticos, assim coloca em debate o sujeito político e suas práticas políticas de se significar o espaço e de ser por ele significado.

Dessa forma, as relações de sentido, portanto, não se dão no vazio, nem num espaço empírico, são relações que se configuram em um espaço histórico material no qual o sujeito se

⁶ RUA é uma revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Nudecri/Unicamp e reúne artigos, produções artísticas e resenhas de obras que tratem de práticas da cidade a partir das dimensões do simbólico e do político em uma relação entre o saber urbano e a linguagem. Seu objetivo é refletir sobre o espaço urbano como espaço de significação propiciando um diálogo entre diversas áreas do conhecimento.

inscreve pela língua e na língua. Sendo assim, os movimentos que envolvem a cidade e o sujeito passam a ser estudados por este Laboratório. É nessa relação contraditória que o sujeito passa por equívocos entre o urbano e a cidade.

Nas cidades, não temos apenas uma relação entre o cidadão e o espaço urbano, mas um espaço social de linguagem que produz formas de individualização do sujeito na tensão e movimento da paráfrase e da polissemia, e sentidos que, sustentados por uma literalidade, marcam e delimitam territórios de linguagem logicamente estabilizados para um sujeito pragmático habitar. (SILVA, 1999, p. 26).

Daí a necessidade de se compreender o funcionamento simbólico desse processo, trazendo a linguagem para analisá-la, visando restituir a cidade ao seu real de significação. Notamos que o objetivo principal da revista é de atravessar os efeitos imaginários que se dão na instância da organização, procurando atingir o real da cidade, através dos flagrantes dela.

Diante do exposto, percebe-se que a cidade se narra por si só, ela se inscreve por meio das fulgurações e iluminações em que se materializam, se textualizam, mesmo à revelia das tentativas administrativas e políticas de organizá-la e de se administrá-la. Falar sobre e em um espaço determinado é compreender os gestos de interpretação que se constituem e nos constituem quando falamos sobre sujeitos, cidades, ruas, bairros e sobre as noções que circulam pela cidade e sobre a cidade.

Quando se realiza um trabalho na perspectiva da AD envolvendo os sentidos e os sujeitos da cidade, os analistas utilizam-se de uma escuta social, enquanto instrumento científico. Eles buscam atravessar invariavelmente o unívoco no espaço citadino e as relações entrecruzadas enquanto relações de sentido, de forças e efeito imaginário como homogêneas sustentado pelo saber e pelas instituições que ganham força como discurso especializado e cotidiano que normatiza e regula o espaço produzindo efeito de desvio, de falta de capacidade de estar em sociedade para todo aquele que enuncia de outro lugar que não o da referência da homogeneidade.

Os estudos realizados pelo LABEURB procuram dar visibilidade às desestabilizações que marcam as divisões que, pela organização urbana, comparece enquanto uma unidade. Segundo Silva (1999, p. 29):

Uma nova organização social – de molde estratificado – se constrói pelo trabalho de uma textualidade produzida por novas posições de sujeitos – letrados, urbanos, de direito, cidadão – nos domínios da economia e do direito, da moral e da cultura, estabelecendo benefícios e privilégios de forma diferenciada entre os indivíduos que se encontram dentro e fora do espaço

urbano – incluindo-os ou excluindo-os -, e criando condições para a reprodução-transformação dessa mesma ordem.

E é justamente nessa perspectiva que pretendemos desenvolver esse trabalho dando ênfase ao processo de nomeação das ruas de São José do Povo, pois o objetivo principal é munir os alunos de um conhecimento empírico dos que participaram da constituição da cidade, bem como de documentos oficiais, fornecendo-lhes um aparato teórico, por meio da constituição de um arquivo de leitura e práticas de escrita para que possam compreender os sentidos em funcionamento nessas nomeações.

Esta é, pois, uma direção interpretativa para se pensar a escrita e a alfabetização, observando e compreendendo como se produzem efeitos de sentido na apropriação da leitura e da escrita no espaço da cidade, verificando o que acontece com esse instrumento: a escrita, em termos de valor social e político, e com o sujeito que dele se apropria – ou não – para o exercício das funções de leitor e de autor. Observando e compreendendo, ainda, o funcionamento dessa ambiguidade fundamental contida no aprender a ler e a escrever no movimento tenso da paráfrase e da polissemia, onde irá se constituir o sujeito-cidadão. (SILVA, 1999, p. 29).

Dessa forma, não só será trabalhada a leitura e a escrita dos alunos em sala de aula, mas também a sua formação enquanto cidadão a partir da compreensão dos sentidos que os permeiam e que os tornam sujeitos construtores de sua própria história.

CAPÍTULO III

UM OLHAR SIGNIFICATIVO PARA A CIDADE

3.1 O modo de enxergar a cidade dentro da sala de aula

Como havíamos dito anteriormente, pensar a cidade administrativa e estruturalmente é tarefa fácil, pois temos inúmeros profissionais habilitados para realizar medições, projeções, elaborações de leis, projetos de saneamento básico, e diversos outros fatores que garantem o seu desenvolvimento sustentável.

Mas pensar a cidade em seu plano mais sensível que é a forma como as pessoas a significam não é tarefa fácil, pois dentre os fatores de atribuição de sentido temos materialidades significantes que se imbricam e que fazem com que às vezes nos percamos nessa rede de significações, dentre eles temos: as falhas, os equívocos, os silenciamentos, as relações de forças, de poder, etc.

E é justamente por este motivo, que estamos pensando em desenvolver este trabalho de intervenção pedagógica, trazer a parte sensível da cidade pela visão de seus moradores, mas especificamente dos alunos do quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Professor Sebastião Gomes de Oliveira.

Portanto, neste capítulo apresentaremos as atividades que irão compor o Caderno de Atividades que fora proposto no início deste projeto de intervenção, juntamente com a fundamentação teórica metodológica que nortearam a sua elaboração.

Dessa forma, elaboramos as atividades em formato propositivo, procurando refletir a posição do sujeito no meio em que habita e como ele se ressignifica a partir da compreensão das novas aprendizagens a partir das leituras e escritas realizadas ao longo de todo o processo dessa atribuição de sentidos.

Acreditamos que ao levar a cidade para dentro da sala de aula, as aulas de Língua Portuguesa não serão mais as mesmas, pois, os alunos ao terem contato com outras materialidades significantes compreenderão que as aulas não serão apenas para aprender regras gramaticais, interpretar textos, etc, mas também para aprenderem mais sobre eles, sobre como são constituídos enquanto sujeitos que vivem em sociedade e que têm direito à voz e vez nesse processo de constituição.

Dessa forma, acreditamos que as aulas serão mais significativas e produtivas e assim, teremos uma metodologia que aproxime mais o aluno de seu meio, rompendo com o discurso

autoritário dos livros didáticos e tornando o processo de ensino e aprendizagem tanto para os alunos quanto para os professores mais produtivo.

A metodologia utilizada neste projeto de intervenção será propositiva, pois a mesma tem a pretensão de apresentar atividades que ofereçam aporte teórico aos professores de Língua Portuguesa, no intuito de proporcionar-lhes momentos de intervenção, mediação e reflexão sobre sua prática pedagógica.

Pensando em tal propósito, pretendemos desenvolvê-lo por etapas, no sentido de contemplar o processo de compreensão dos sentidos presentificados na temática a ser contemplada. Dessa forma, a proposta foi pensada para ser desenvolvida em cinco atividades, estruturadas trinta e oito aulas de cinquenta minutos, planejadas da seguinte maneira:

Na atividade 1 será realizada uma roda de conversa com os alunos sobre a nomeação das ruas da cidade em que residem. Nesse primeiro momento, o professor elaborará perguntas aos alunos sobre o processo de nomeação de ruas, se eles conhecem todas as ruas de sua cidade, se sabem quais são os seus nomes, se algumas das ruas recebem o nome de pessoas conhecidas e qual seria a importância de se nomear uma rua. Esta introdução deve ser bem contextualizada para que os alunos possam sentir-se envolvidos no processo.

[...] quando se reflete sobre o espaço urbano se pensa ao mesmo tempo os sujeitos que nele vivem, os discursos que circulam, nos traços que atravessam e significam esses sujeitos e (n)esse espaço, pressupondo a relação entre linguagem, sujeito e história, pois pela via da Análise de Discurso, não há como separar a reflexão sobre o espaço urbano dos sujeitos que vivem nele, isto é, não se pode pensar a linguagem apartada da sociedade uma vez que o ‘corpo da cidade formam um só’ (ORLANDI, 2001). Há aí traços, laços, códigos e escritas da vida, onde a utopia se instala como espaço de esperança. (DIAS; BARBAI; COSTA, 2019, p. 94).

Pretendemos, ao propor a roda de conversa, dar vez e voz aos envolvidos neste processo, no intuito de que eles deem visibilidade a sua compreensão sobre o processo de nomeação das ruas da cidade em que vivem, colocando em evidência sua formação ideológica.

No entanto, a relação entre a linguagem-sujeito-mundo não é direta uma vez que a linguagem não é transparente, completa ou fechada em si mesma. De acordo com a Análise de Discurso, a linguagem é opaca, incompleta, sujeita a falhas e só pode ser pensada na relação com a exterioridade que lhe é constitutiva. A exterioridade por sua vez compreender o sujeito e a situação, sendo que o sujeito também não é transparente, ele é produzido ideologicamente pela linguagem em determinadas condições de produção em que contam a memória discursiva, as formações imaginárias, as relações de força e poder. O próprio espaço urbano é parte dessas condições. (DIAS; BARBAI; COSTA, 2019, p. 95).

A atividade 2 versará sobre a leitura de documentário. Para isso, será exibido, na sala de aula, o documentário “Rua carioca pede socorro” produzido pela TV web CREA-RJ em 2021. Este vídeo fala sobre a mudança da nomeação de ruas do Rio de Janeiro e tem como proposta abrir espaços para que os alunos possam compreender os modos de funcionamento na nomeação de ruas, tomando-as como espaços simbólicos.

Para o desenvolvimento desta atividade, primeiramente, precisamos compreender o sentido de nomeação para que se possa lançar um gesto de interpretação na nomeação dessas ruas, pois “[...] não há sentido sem interpretação”. (ORLANDI, 2020a, p. 9).

Para Guimarães (2017, p. 57), “Os nomes de ruas e logradouros públicos em geral se nos apresentam principalmente por seu aspecto cotidiano.”. E este autor (2017, p. 57), completa afirmando que “[...] são nomes que usamos no nosso dia a dia por razões práticas como encontrar a casa de alguém, uma loja, mandar uma carta, etc. Estes nomes estão presentes para nós por uma estabilidade cotidiana no endereço.”.

Nesse contexto, para Guimarães (2003, p. 54. Grifo do autor), A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Por exemplo, se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome *Brisa*, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco.”

Para o desenvolvimento dessa atividade utilizamo-nos do documentário, enquanto prática de atividade escolar, podendo significar uma relação de construção de conhecimento significativa, considerando que os alunos aliam imagem, nomes, cores e gesto de interpretação, que sempre aparece pela voz do narrador.

Para Orlandi (2017c, p. 59, grifo da autora), o documentário

[...] é um acontecimento discursivo que faz com que *algo* apareça como acontecimento. Ele constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido, como disse, pelo jogo do interdiscurso (memória discursiva) e a memória institucional (a de arquivo) postas em contradição. E, por este mesmo gesto, ele *produz* um passado.

Sendo assim, consideramos esta materialidade significante como uma inovação no sentido de colocar em evidência aspectos que fazem parte do cotidiano de nossos alunos para que eles possam melhor compreender os sentidos existentes nele.

Na atividade 3 será apresentado aos alunos o mapa do município, na especificidade da Semântica do Acontecimento, como aponta Guimarães (2017, p. 58): “Neste sentido, o corpus não é simplesmente o rol dos nomes das ruas, mas o mapa da cidade enquanto um texto”. E, a

partir dessa estrutura textual do mapa pretendemos colocar em evidência a importância de se nomear e entender o processo de organização do espaço urbano em estudo. Nesse momento, os alunos serão instigados a compreenderem o mapa como texto e a relação dos nomes atribuídos às ruas.

Tomar o mapa como corpus permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano. Pode-se, então, refletir como algo próprio do corpus em análise, sobre a questão da nomeação dos espaços da cidade, bem como o modo de distribuição dos nomes pelos espaços historicamente constituídos. (GUIMARÃES, 2017, p. 58).

Ainda, segundo Guimarães (2017, p. 58-59),

Vamos analisar, pelo estudo do mapa, a existência de um nome enquanto nome de rua. Isto quer dizer, para nós, que vamos analisar de um lado o processo enunciativo que produziu cada nomeação (que nomeou tal rua com tal nome), e de outro, como estes nomes se relacionam neste texto que é um mapa enquanto mapa de uma cidade. E a consideração do mapa como texto para nele estudar estas nomeações coloca a questão de saber como se dá a relação de cada nome com aquilo que nomeia fora do texto, na cidade.

E, assim, ainda na terceira etapa, passaremos a buscar em documentos oficiais arquivados em cartórios, na prefeitura, na câmara e em *sites* oficiais as informações pertinentes à temática abordada. O trabalho de pesquisa será realizado em grupos e, com a mediação do professor, cada grupo ficará responsável pela pesquisa em um dos locais citados anteriormente. Estabelecida esta divisão, os alunos, ao retornarem dessa atividade, se reunirão novamente em roda de conversa para apresentarem os estudos realizados.

Na atividade 4, os alunos, juntamente com o professor, irão elaborar um roteiro de entrevista para aplicá-lo junto aos moradores fundadores do município, levando em conta os saberes sobre o processo de nomeação oriundos das pesquisas. Nesta etapa, pretende-se dar visibilidade aos efeitos de sentidos produzidos pelos moradores com relação ao conhecimento deles sobre o processo de nomeação das ruas.

Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. Se, na Psicanálise temos a afirmação que o inconsciente é estruturado como linguagem, na Análise de Discurso considera-se que o discurso materializa a ideologia, constituindo no lugar teórico em que se pode observar a relação da língua com a ideologia. (ORLANDI, 2005, p. 100).

No intuito de colaborar na compreensão dos sentidos, sem anular o conhecimento de quem participou do processo de nomeação das ruas, compreendemos ser necessário colocar em evidência as condições de produção em funcionamento nesse processo, pois as entrevistas poderão trazer mais informações sobre os encaminhamentos que levaram às nomeações.

Da perspectiva discursiva da área Saber Urbano e Linguagem, é fundamental considerar a conjugação entre sujeito, linguagem e história em seus processos de produção de significação, pois, pensar o sujeito e a linguagem em suas relações no espaço urbano requer compreender que ‘ ao significar a cidade, o sujeito se significa na e pela cidade’ [...] ao mesmo tempo em que ‘o espaço ao significar significa os sujeitos, e estes, ao se significarem, significam este espaço’ [...]. (DIAS; BARBAI; COSTA, 2019, p. 94-95).

Destarte, nem todos os participantes das entrevistas fornecerão depoimentos homogêneos, pois há diferentes discursos no espaço em que habitam. Sendo assim, as questões que farão parte da entrevista serão sobre como os moradores tiveram conhecimento sobre as nomeações das ruas, se sabem quais foram os procedimentos instaurados e se participaram ativamente desse processo. Estando elaborado o roteiro de entrevista, os alunos irão a campo em busca das pessoas que fizeram parte da constituição da cidade.

Na atividade 5 estão previstas as visitas e a realização das entrevistas. As informações coletadas auxiliarão o desenvolvimento das atividades em três etapas subsequentes. Segundo Orlandi (2012), “[...] toda leitura tem sua história [...]”, ela pode variar em determinadas épocas, de uma classe social para outra, dependendo das condições de produção e do contexto de sua utilização. E ao fornecer aos alunos possibilidades de leituras diferenciadas, propicia-se a eles também a construção de suas histórias de leitura.

Na primeira etapa dessa atividade, os alunos se reunirão novamente em roda de conversa e com a mediação do professor irão tomar ciência das respostas apresentadas pelos moradores. Neste momento, será realizado um estudo comparativo entre o que se obteve como produto da etapa anterior, verificando o que há de semelhante ou diferente nos discursos coletados.

Partir-se-á, assim, para a segunda etapa que será a produção escrita, tomando como base a constituição de um arquivo no sentido pècheuxiano do termo - “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p. 59) - para a compreensão dos sentidos que foram instaurados para a nomeação das ruas desse município.

Dessa forma, será solicitado aos alunos a partir de seu conhecimento do gênero textual crônica, elaborem textos em que eles terão a possibilidade de refletir e se posicionar sobre a

trajetória histórica que compõe todo o processo em que se instaurou tais nomeações. Este tipo de texto foi eleito por se tratar de questões próximas aos fatos cotidianos que, possivelmente serão tratados em tal atividade, aliada a toda a trajetória por eles percorrida durante o desenvolvimento das atividades propostas. Serão momentos de reflexão que poderão ser revisitados em diferentes momentos da história que eles mesmos estão construindo.

Para que esse processo de autoria ocorra dentro da escola, vale destacar a contribuição de Orlandi (2012) em seu artigo: *Nem escritor, nem sujeito: apenas autor*, no qual destaca que a escola deve criar condições para que o aluno passe da função de “sujeito-enunciador” para a de “sujeito-autor”.

Podemos, enfim, dizer que a escola deve propiciar essa passagem-enunciador/autor - de tal forma que o aprendiz possa experimentar práticas que façam com que ele tenha o controle dos mecanismos com os quais está lidando quando escreve. Estes mecanismos são de duas ordens: a) Mecanismos do domínio do processo discursivo, no qual ele se constitui como autor. b) Mecanismos do domínio dos processos textuais nos quais ele marca sua prática de autor. (ORLANDI, 2012, p. 107-108).

Tomando a produção escrita a partir deste movimento, a escola poderá contribuir para a formação de um sujeito-autor de uma forma mais significativa.

Chegamos, por fim, à terceira etapa, da quinta atividade deste projeto. Com o intuito de se dar visibilidade ao trabalho proposto, será apresentado em anexo um Caderno de Atividades constituindo-se, assim, o nosso produto final.

Assim começaria a se constituir *um espaço polissêmico das maneiras de ler*, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma’. (PÊCHEUX, 2014, p. 59, grifo do autor).

Neste contexto, iniciamos a (re)construção da história de nomeação das ruas de São José do Povo-MT, transformando a memória de muitos em arquivo público, de maneira que as escrituras e reescrituras dos alunos possam ser significadas e ressignificadas, convertendo-se em um efeitos de sentidos entre locutores, produto da relação discursiva na Análise de Discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o meu percurso profissional, tenho notado que o fracasso no ensino de língua portuguesa vem se arrastando a muito tempo. Temos presenciado dia após dia, e a cada ano que passa, a nossa incapacidade de lidar com essa luta travada entre os estudiosos da língua e as relações de força, de poder e de ideologia exercidos e impostos pela sociedade, e isso tem me incomodado e muito.

Vivemos num constante vai e vem de tentativas que, na maioria das vezes nos faz sentir frustrados e incapazes de contribuir para a formação acadêmica de nossos alunos.

Ficamos num jogo entre trabalhar em sala de aula o uso da língua ou apresentá-la como um objeto a ser apreendido, conhecido, como língua nacional (Silva, 2017).

Portanto, tratar do processo de ensino e aprendizagem de uma língua com professores e gestores educacionais que não têm o mínimo de conhecimento sobre as teorias linguísticas, é algo bastante complexo, pois a maioria dos impasses que se dão nesse campo são questões de cunho linguístico, político e ideológico exercidos especialmente por nossos órgãos centrais de ensino, pois os documentos oficiais produzidos para a educação são produtos de uma sociedade capitalista, que diz incluir, mas que na verdade o que fazem é reproduzir um discurso político de exclusão, pois são elaborados apenas para atenderem à necessidade de se formar cidadãos que atendam às demandas de um mundo globalizado.

Uma das principais características desses documentos geralmente é utilizar-se de excertos, tais como: formar ‘sujeitos autônomos’, ‘sujeitos capazes de transformar a sociedade’, ‘diversidade’, ‘autonomia’, etc. Mas como transformar, seres autônomos e diversos, com políticas que apagam e silenciam o sujeito que está sempre submetido às políticas que impedem o seu crescimento enquanto sujeito ativo? O que nós, enquanto professores, podemos fazer para que possamos amenizar esse fracasso que impede que nossos alunos evoluam de forma íntegra?

Diante do exposto, procuramos através de nossas inquietações, buscar novas formas de repensar a nossa prática pedagógica, e assim, ao ingressarmos no Profletras, e através dos diversos deslocamentos, começamos refletir um pouco mais sobre tais questionamentos.

Temos pensado que antes de termos acesso aos estudos realizados neste Programa, poderíamos ter tido a oportunidade de experienciar esses momentos no curso de graduação, pois, o repensar de nossas práticas pedagógicas, poderiam ter nos ajudado a estarmos um passo à frente no que tange à melhoria na aprendizagem de nossos alunos.

Acreditamos que se a maioria de nossos colegas profissionais da educação ingressassem em cursos de qualificação profissional, teríamos uma grande evolução, principalmente, em

questões no que tange ao desenvolvimento de novas práticas que dão maior visibilidade às especificidades da Análise de Discurso, pois ela nos propõe um trabalho não só de compreensão da língua, mas também do sujeito como um todo, enquanto cidadão no mundo no qual se insere e atua.

Através desses estudos vimos na AD, novas possibilidades de ressignificarmos nossas práticas e colocarmos nossos alunos na condição de enxergar novas perspectivas de aprendizagem e sentir-se parte desse processo de ensino e aprendizagem, pois a partir do momento em que eles se sentem motivados a participarem de forma mais efetiva de atividades que despertem o seu interesse, eles aprendem mais e esse processo passa a ser mais significativo para eles.

Sendo assim, pensamos na proposição de um trabalho que fosse realizado a partir da exploração de diferentes materialidades aliado à teoria da AD, buscando propor atividades de leitura e escrita que envolvam o cotidiano de nossos alunos, por isso, nosso objeto simbólico foi a cidade, mais especificamente a nomeação das ruas do município de São José do Povo – MT, na cidade e na escola onde leciono atualmente no Ensino Fundamental.

Ao realizarmos este tipo de proposição não estaremos, conforme Orlandi (2020), trabalhando com a linguagem de forma abstrata, mas como a língua faz sentido no mundo, com maneiras diferenciadas de significar, na vivência entre os falantes de uma determinada língua, considerando a produção de sentidos enquanto seres que vivem em sociedade.

Portanto, essa proposta visa, segundo Orlandi (2020), confrontar o político e o simbólico utilizando a Linguística, interpelando a historicidade, interrogando a transparência da linguagem, visando pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito passivo e relativizando a autonomia do objeto da Linguística, não como sistema fechado em si, mas como discurso que se constrói a partir da historicidade de cada indivíduo como lugar em que se observa a relação entre língua e a ideologia, compreendendo a de forma que ela faça sentido para os sujeitos envolvidos no processo discursivo a ser constituído.

E para que tal proposta seja realizada foi elaborado um caderno de atividades que procura promover a ressignificação de sentidos, para que nossos alunos, de forma que eles possam construir e projetar novas possibilidades de aprendizagem através de experiências reais e cotidianas seus conhecimentos necessários para o pleno desenvolvimento de sua cidadania.

Acreditamos que dessa forma, estaremos colocando em evidência os conhecimentos adquiridos ao longo desses dois anos de aprendizados em nossa vida acadêmica junto ao Profletras e estaremos contribuindo efetivamente para o desenvolvimento de nossos alunos

nesse processo que ora nos é apresentado como enfadonho tanto para os professores quanto para os alunos.

Lembramos que esse caderno de atividades não tem por objetivo fechar em si mesmo, apresentamos a partir dele novos olhares de se ressignificar nossas práticas, mas também mostrar aos nossos professores que se é possível se pensar em formas inovadoras de se apresentar a língua não como algo fechado em si, mas com possibilidades de novos olhares para além das propostas que nos são colocadas ao longo de nossa formação acadêmica e que possibilita levar adiante novos olhares para a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Maria Rosalina Alves. **Leitura discursiva do processo de fundação da cidade de Pontes e Lacerda**: uma proposta de assunção à autoria. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20MARIA%20ROSALINA.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BRAOS. Ana Bibianne Bascov. **Gestos de interpretação e constituição da autoria**: uma abordagem discursiva do documentário em sala de aula. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Dissertação Ana Bibianne Bascov Braos.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 mar. 2023.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BRASIL. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN42010.pdf?query=AGR. Acesso em: 29 mar. 2023.
- COSTA, Greciely Cristina da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. **Rua**, Campinas, SP, v. 1, n. 18, 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 20 fev.2022.
- COSTA, Greciely Cristina da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. **Rua** [online]. v. 1 n. 18, 2012. p. 134-147. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- DIAS, Cristiane; BARBAI, Marcos; COSTA, Greciely. (org.). **Escrituras da cidade**. São Paulo: Pontes, 2019. E-book. Disponível em: [https://www.academia.edu/49038904/Escrituras da cidade?email_work_card=view-paper](https://www.academia.edu/49038904/Escrituras_da_cidade?email_work_card=view-paper). Acesso em:15 mar. 2022.
- DIAS, Luiz Francisco. Gramática e discurso no ensino de português: novos desafios na formação do professor de Língua Materna. **Revista Brasileira de Letras**. Linguística Literatura. Universidade de São Carlos, Departamento de Letras. São Paulo, v.1, n.1, p. 25-30, 1999.
- FEDATTO, Carolina Padilha. Poesia na cidade: como a memória se inscreve na história. In: **Palimpsesto**, n. 07. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 1997.

FILHO, Fábio Ramos Barbosa. Ordem e organização: algumas questões sobre razão e silenciamento na cidade. **Rua**. Campinas, SP, v. 1, n. 18, 2012. p. 5-18. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638293/5913>. Acesso em: 04 abr. 2023.

FRANÇA, Mariley Teixeira Santos. **Uma experiência com o gênero entrevista: conhecendo a cidade de Tesouro – MT segundo o olhar de seus moradores**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20VERS%C3%83O%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado: Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

MARTINS, Silvana Paulo Socorro. **Constituição, formulação e circulação de hashtags: gestos de leitura e escrita na sala de aula**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Silvana%20Paulo%20Socorro%20Martins%20para%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

MORAES, Auleni Dias Freitas de. **Leitura do espaço público de lazer: a constituição da autoria na escola**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Dissertacao_Auleni%20Moraes.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI, Suzy. (org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso e ensino: a teoria entre práticas e políticas. Entrevista concedida a Maristela Cury Sarian. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, RJ, n. 17, 2020c. p. 8-17. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/47299>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, Tu, Ele**: discurso e real da história. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/o limiar da cidade. **Rua**, Campinas, SP, v. 5, p. 7-19, 2015.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678/8222>. Acesso em: 20 out. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O limiar da cidade. **Rua**, Campinas, SP, número especial, p. 7-19, 1999.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP: Unicamp, 2014. p. 57-67.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. **Que autor é este?** Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1995.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Memória e movimento no espaço da cidade: para uma abordagem discursiva das ambiências urbanas. **RUA - Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. [online], 2014. p. 259-293.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638269/5900>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SANTANA, Flávia Ferreira. **Jogos parafrásticos e polissêmicos em funcionamento nos processos constitutivos de memes**: uma abordagem discursiva na sala de aula. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/DISSERTACAO_FlaviaFerreira_Santana.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SARIAN, Maristela Cury. Nomes de ruas de um bairro de Cáceres- MT: nas trilhas da memória e da história. **Revista Ecos**, v. 15, n. 2, 2023. p. 272-295. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/641>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SARIAN, Maristela Cury. O desafio está nas mãos do professor: um gesto de análise no discurso sobre a inclusão digital. In: DIAS, Cristiane. **E-urbano**: sentidos do espaço urbano/digital [online]. 2011. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SILVA, Mariza Vieira da. Destino: Brasília. **RUA**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP/NUDECRI, v. 9, p. 33-45, 2003.

_____. A escolarização da língua nacional. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007. p. 141-162.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CADERNO DE ATIVIDADES



ATIVIDADE 1: RODA DE CONVERSA

I - IDENTIFICAÇÃO:

Tempo previsto: 03 aulas de 50 minutos

Conteúdo: Leitura

Conceitos: Efeitos de sentido⁷, formações discursivas⁸, formações imaginárias⁹, gestos de interpretação¹⁰.

Objetivos:

- ✧ Compreender os sentidos da cidade de São José do Povo-MT que circulam entre os alunos, como forma de dar visibilidade às relações que eles têm com a cidade.
- ✧ Colocar em evidência, através da interlocução, como os alunos significam a nomeação das ruas de São José do Povo-MT.

II – PROPOSTA DE ATIVIDADE

Esta atividade é a primeira de um conjunto de propostas que, em linhas gerais, objetiva criar condições para que os alunos comecem a enxergar a cidade conforme nos diz Orlandi (2004):

⁷ “A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos. Sem esquecer que os sentidos não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da intensão (sic) e consciência dos interlocutores. São efeitos da troca de linguagem. Que não nascem nem se extinguem no momento em que se fala”. (ORLANDI, 2012, p. 137).

⁸ “As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que se constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória”. (ORLANDI, 2020b, p. 41).

⁹ “Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras”. (ORLANDI, 2020b, p. 38).

¹⁰ “Começemos por afirmar que a interpretação é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico (PÊCHEUX, 1969). Sem esquecer que a palavra gesto, na perspectiva discursiva, serve justamente para deslocar a noção de ‘ato’ da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la. O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”. (ORLANDI, 2020a, p. 18).

Estabelecemos aqui uma outra forma de compreender a cidade: pelo discurso. Aliamos assim em nossa reflexão o sujeito, a história e a língua em uma relação particular que é a relação de significação. Como significa a cidade? Que forma significante, de significação, é constituída na articulação que faz funcionarem os sujeitos e os sentidos em um espaço determinado que é o espaço urbano? Como os sentidos aí se constituem, se formulam e transitam? São essas as questões que nos ocupam. (ORLANDI, 2004, p. 11).

Desta forma, a realização de uma roda de conversa foi pensada para que os alunos possam expor seus gestos de interpretação sobre a cidade de São José do Povo - MT e, a partir de algumas questões formuladas, acreditamos que possamos também colocar em evidência, através da interlocução, como eles significam a cidade e nomeação das ruas.

Ao criarmos as condições para se estabelecer estas relações de sentidos, objetivamos também compreender quais filiações estão funcionando nas discursividades projetadas nos dizeres dos alunos, atreladas às formações imaginárias em torno de suas relações sociais, como forma de dar consequência à compreensão de Orlandi (2004, p. 28): “Num espaço (habitado) de memória, de subjetividades, a história se formula na noção de ‘eu’ urbano. Esse sujeito, por sua vez, como está produzindo sentidos na cidade - textualizando sua relação com objetos simbólicos nesse mundo particular do urbano [...]”

Trabalhando dessa forma, acreditamos que os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem - alunos e também professores - compreendam a cidade para além dos padrões políticos e administrativos. Sendo assim, teremos o espaço citadino abordado a partir do discurso no que tange, mais especificamente, aos nomes das ruas, como forma de envolver esses sujeitos no processo de construção de uma história que também é sua.

A partir dessa compreensão, propusemos esta atividade no intuito de promover uma abertura de espaços para que os alunos possam colocar seus conhecimentos sobre a cidade em circulação, em sentido mais amplo, e sobre os nomes das ruas, em sentido mais estreito. Acreditamos que, dessa forma, estaremos atando o sujeito à sua história, iniciando um processo mais abrangente que visa mexer com o processo de formação de sua cidade, por meio da nomeação de suas ruas, de forma significativa. Portanto, ao se pensar a cidade e a nomeação de suas ruas, em sala de aula, cria-se um espaço de interlocução do sujeito com a linguagem e sua história, “[...] uma construção de sentido que *identifica* objetos para os sujeitos”. (FEDATTO, 2009, p. 44).

É justamente por entender que essa relação entre sujeito/língua/história/espaço é indissociável, na perspectiva discursiva, que acreditamos que um roteiro de perguntas poderá auxiliar o professor a realizar um trabalho que dê condições para os alunos colocarem em

evidência os sentidos atribuídos por eles com relação à cidade na qual residem e ao processo de nomeação de suas ruas.

Pensando então as diferentes posições no discurso pedagógico, a posição-aluno e a posição-professor, podemos dizer que elas se constituem de gestos de interpretação diferentes. Isto quer dizer que na relação professor/aluno deve haver um espaço de jogo que possibilite a transferência, trabalho de memória que permite a repetição histórica, deslocamento de sentidos. (ORLANDI, 1998, p. 16).

Partindo desse pressuposto, apresentamos, a seguir, alguns questionamentos a partir dos quais o professor poderá orientar essa roda de conversa, no intuito não só de compreender os sentidos da cidade de São José do Povo-MT que circulam entre os alunos, como forma de dar visibilidade às relações que eles têm com a cidade, para daí se chegar aos processos de significação dos nomes das ruas - nosso gesto primeiro de se tomar a cidade enquanto um objeto simbólico -, mas também, e sobretudo, de desencadear outros processos que poderão ser mobilizados em outras atividades a serem propostas pelos professores (ou mesmo pelos alunos) e/ou redimensionadas em outros projetos.

Perguntas:

1. O que é cidade para vocês?
2. Na escola, vocês já estudaram sobre a cidade de São José do Povo? Como foi essa experiência?
3. O que vocês conhecem sobre a cidade de São José do Povo? Como tiveram acesso a esses saberes? Vocês têm curiosidade em saber mais sobre ela?
4. O que vocês pensam sobre morar em São José do Povo?
5. O que vocês conhecem sobre as ruas da cidade?
6. Algum - ou alguns - dos nomes atribuídos às ruas de São José do Povo é/são de pessoa(s) que vocês conhecem e/ou seus familiares? Sabem dizer por quais motivos tal rua recebeu esse nome?
7. Vocês já conversaram com alguém sobre os nomes das ruas de São José do Povo, na escola ou fora dela?
8. Vocês sabem por qual motivo é necessário nomear as ruas de uma cidade?
9. Vocês têm conhecimento de quem é o responsável pelo processo de nomeação das ruas de uma cidade?
10. Já pararam para pensar nos nomes das ruas e suas respectivas localizações?

11. Registrem alguns pontos sobre os quais vocês gostariam de se aprofundar sobre a cidade e os nomes de suas ruas.

Para finalizar a roda de conversa, sugere-se que o professor converse com os alunos sobre a importância de se conhecer a cidade em que residem, principalmente, no que tange à nomeação de ruas, como forma de modificar o sentido do espaço por eles habitado.

Entendemos que levar a discussão do espaço citadino para a sala de aula pode ressignificar a prática pedagógica, a visão do aluno e o papel da escola perante a sociedade, à medida que se criam as condições para se refletir sobre a relação do sujeito com seu lugar no ambiente onde vive.

REFERÊNCIAS

FEDATTO, Carolina Padilha. Os sentidos da língua na cidade: ideias e nomes. **Revista da ANPOLL**, Niterói, v. 1, n. 26, 2009. p. 16-48.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

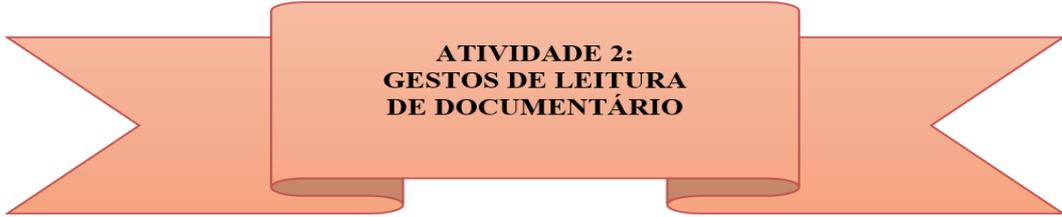
ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Paráfrase e polissemia: a fluidez no limite do simbólico. **RUA**. Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, SP, n. 04, 1998. p. 9-19. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626/8177>. Acesso em: 24 fev. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RUA DA CARIOCA PEDE SOCORRO. 19 out. 2021. Direção: WebTV CREA-RJ. 1 vídeo (11 min 3s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XMLrSFFbduQ>. Acesso em: 10 nov. 2022.



**ATIVIDADE 2:
GESTOS DE LEITURA
DE DOCUMENTÁRIO**

I – IDENTIFICAÇÃO:

Tempo previsto: 05 aulas de 50 minutos

Conteúdo: Leitura de documentário.

Conceitos: Materialidade significativa¹¹, imbricação material¹², memória discursiva¹³, gestos de interpretação¹⁴, efeitos de sentido¹⁵.

Objetivos:

- ✧ Criar condições para que os alunos compreendam o sentido de nomeação;
- ✧ Oportunizar aos alunos a compreensão das especificidades de um documentário, especialmente, seus processos de constituição, formulação e circulação.
- ✧ Proporcionar condições para que os alunos compreendam os diferentes efeitos de sentido de nomeação de ruas presentificados no documentário “Rua carioca pede socorro” exibido pela TV web CREA-RJ, no sentido de abrir espaços para que os alunos possam compreender os modos de funcionamento na nomeação das ruas de São José do Povo-MT, tomando-as como espaços simbólicos.

¹¹ “[...] a materialidade do discurso é a linguagem em suas diferentes materialidades significantes, quais sejam: a palavra, a imagem, o gesto, a musicalidade, o aroma, a cor, o enunciado, a cena, o corpo, a melodia, a sonoridade, enfim diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas pela intervenção do sujeito. [...] a materialidade significativa nos remete à estrutura e à estruturação a um suporte que permita a produção de sentidos para sujeitos”. (LAGAZZI, 2017, p. 36).

¹² “[...] a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais, em composição contraditória. Uma materialidade remete a outra, movimento no qual a não--saturação e o desajuste constitutivo do encontro de especificidades materiais distintas permite o jogo da interpretação”. (LAGAZZI, 2008, p. 2).

¹³ “[...] o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva[...]”. (ORLANDI, 2020b, p. 29).

¹⁴ “Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas”. (ORLANDI, 2020a, p. 67).

¹⁵ “A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos. Sem esquecer que os sentidos não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da intensão(sic) e consciência dos interlocutores. São efeitos da troca de linguagem. Que não nascem nem se extinguem no momento em que se fala”. (ORLANDI, 2012, p. 137).

II – PROPOSTA DE ATIVIDADE

A partir desta atividade, daremos início ao que chamaremos de constituição de arquivo de leitura¹⁶, no intuito de que os alunos compreendam os sentidos que foram instaurados para a nomeação das ruas de São José do Povo-MT.

Sugerimos então, a exibição do documentário “Rua carioca pede socorro” produzido pela TV web CREA-RJ para que, a partir dele, os alunos possam compreender aspectos que remetem à nomeação das Ruas de São José do Povo-MT.

Para o desenvolvimento desta atividade, primeiramente, precisamos compreender o sentido de nomeação, para, a partir dele, interpretar os sentidos postos na nomeação das ruas de São José do Povo-MT, pois “[...] não há sentido sem interpretação”. (ORLANDI, 2020a, p. 9). Para tal compreensão, tomamos Costa (2014, p. 78):

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto, em movimento, sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e este se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes. O sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também como dissemos no início, é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias.

Dessa forma, entendemos que denominação está no campo da interpretação, pelos sentidos colocados é que o sujeito se significa e ressignifica a partir dos objetos simbólicos apresentados. E, para o desenvolvimento deste trabalho tomaremos a cidade e as ruas enquanto objeto simbólico, aliado ao trabalho com o documentário, no sentido de que os alunos o compreendam como um acontecimento discursivo, conforme proposto por Orlandi (2017c, p. 59, grifo da autora).

O documentário é um acontecimento discursivo que faz com que *algo* apareça como acontecimento. Ele constrói o acontecimento de que fala. E o que fala é um efeito de presentificação (atualidade) produzido, como disse, pelo jogo do interdiscurso (memória discursiva) e a memória institucional (a de arquivo) postas em contradição. E, por este mesmo gesto, ele *produz* um passado.

¹⁶ Pêcheux (2014, p. 59) o define como “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Ainda, de acordo com a autora, o documentário, tomado enquanto discurso, “[...] é aquilo que ele significa. Produz um recorte do real que é tomado como acontecimento” (ORLANDI, 2017c, p. 57), e como “[...] o acontecimento, que ele produz, sua historicidade, está na configuração que, pelo seu recorte, ele produz como parte da memória, interdiscurso. Esta é a sua historicidade constitutiva. Este é o efeito que ele produz para ser documentário”. (ORLANDI, 2017c, p. 57).

Por isso, propomos exibir o documentário e, a partir dele, dar ênfase à interpretação dos alunos, pois acreditamos que trabalhando dessa forma na sala de aula poderemos aliar o trabalho de leitura de documentário ao sentido de cidade e nomeação de ruas, no intuito de dar condições para que os alunos compreendam os jogos de sentidos entre o urbano, a cidade e o social, pois, segundo Lagazzi (2015, p. 51), “O trabalho discursivo com a imagem mobiliza o olhar na busca por relações que nos permitam compreender os sentidos no entrelaçamento do visual em seus trajetos de memória”.

Para tal proposição, pensamos em levar para a sala de aula as especificidades que compõem o documentário em forma de aula expositiva, para que os alunos compreendam os processos de composição deste material significativo, no intuito de se estabelecer relações com as condições de produção em que foram instituídos.

Segundo Nichols (2005, p. 30):

Os documentários mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico. Eles significam ou representam os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Também fazem representações, elaboram argumentos ou formulam suas próprias estratégias persuasivas, visando convencer-nos a aceitar suas opiniões. Quanto desses aspectos da representação entra em cena varia de filme para filme, mas a ideia de representação é fundamental para o documentário.

Lemos em Braos (2021) que Nichols (2005) apresenta uma classificação sobre os modos de produção que o professor pode trabalhar a efeito de compreensão sobre as especificidades de documentários¹⁷. Esta classificação pode ser utilizada através da projeção via *data-show* pelo professor em sala de aula.

¹⁷ Nichols (2005), afirma que cada documentário apresenta modos de produção distintos em sua composição. São eles: **poético*: enfatiza associações visuais, qualidade tonais ou rítmicas, passagens descritivas e organização formal; **expositivo*: enfatiza o comentário verbal e uma lógica argumentativa; **observativo*: enfatiza o engajamento direto no cotidiano das pessoas que representam o tema do cineasta, conforme são observadas por uma câmera discreta; **participativo*: enfatiza a interação entre cineasta e tema. A filmagem acontece em entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto. Frequentemente une-se à imagem de arquivo para examinar questões históricas. **reflexivo*: chama a atenção para hipóteses e convenções que regem o cinema documentário. Aguça nossa consciência da construção da representação da realidade feita pelo

Para a elaboração das atividades de leitura, sugerimos que o professor selecione alguns recortes de cenas, que também podem ser sugeridos pelos alunos, para que eles compreendam os sentidos que estão em funcionamento na exibição do documentário. Segundo Orlandi (1984, p. 14), “[...] o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”.

No caso do documentário mencionado, sabemos que a realidade da cidade do Rio de Janeiro é bem diferente da cidade de São José do Povo-MT, mas há, em alguns momentos no documentário, algumas informações sobre nomeações de ruas, que são importantes para que os alunos compreendam como se dá o processo de nomeação de determinadas ruas, e o porquê delas serem nomeadas de uma forma e não de outra. Nesse sentido, aproximamos os alunos de uma leitura do real de sua cidade, comparada à outra que se encontra em estudo.

Podemos ainda, dentro desta perspectiva, discutir com os alunos a questão da mobilização das pessoas em querer manter a rua ‘viva’, através dos modos de seu funcionamento, quando mobilizam os sujeitos que fazem parte do cotidiano do entorno da cidade, para “resistirem” à transição que vem acontecendo. Segundo Orlandi (2004, p. 14, grifo da autora):

Através do modo de funcionamento do discurso da e na cidade podemos compreender tanto a constituição do sujeito urbano com seus modos de manifestação e a maneira com que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e de ‘comunicação’, conceito que preferimos abandonar a favor do de discurso já que a linguagem serve para comunicar e para *não* comunicar na perspectiva discursiva em que nos situamos.

Pensamos em trazer o documentário supracitado também, por tratar da questão da resistência das pessoas com relação ao modo de significar uma rua de uma cidade brasileira, pois é através do conflito entre o mesmo e o diferente que aprendemos, através da polissemia, que somos capazes de enxergar as possibilidades na construção de sentidos. Portanto, pensamos em propiciar esse momento para que os alunos possam refletir sobre a nomeação das ruas da cidade onde vivem, de modo que eles possam significar e se ressignificarem. Assim, além de enxergarem os movimentos de ruptura e resistência, eles poderão também compreender a importância da nomeação delas. Portanto, sugerimos que sejam exploradas algumas questões, no intuito de abrir espaços para os gestos de interpretação dos alunos com relação aos primeiros

filme; **performático*: enfatiza o aspecto subjetivo ou expressivo do próprio engajamento do cineasta com seu tema e a receptividade do público a esse engajamento. Rejeita ideia de objetividade em favor de evocações e afetos.

contatos dos alunos com o material significativo, possibilitando aos alunos reflexões sobre a nomeação das ruas da cidade em que vivem.

Essas questões poderão ser respondidas oralmente ou por escrito, para posterior discussão.

Perguntas:

1. Vocês já assistiram algum documentário anteriormente? Vocês sabem onde eles geralmente circulam?
2. Na sala de aula, vocês já tiveram a oportunidade de assistir um documentário?
3. Há algo que chamou a atenção de vocês no documentário exibido? Quais aspectos vocês gostariam de comentar?
4. Através do documentário exibido, vocês conseguem enxergar como se dá a dinâmica de nomeação de uma rua? Como ocorre essa dinâmica?
5. Você acredita que o documentário exibido contribuiu de alguma forma para a sua compreensão sobre o processo de nomeação das ruas de sua cidade?

Além dos questionamentos acima, o professor poderá fazer recortes de cenas do documentário. Para tanto, propomos que os recortes sejam feitos no sentido de darem condições aos nossos alunos de compreenderem como se dá este processo de nomeação. Os recortes precisam estar inscritos no campo da interpretação e, para isso, precisam produzir efeitos de sentido que remetem à nomeação das ruas em estudo.

Para tal estudo, é importante que sejam trabalhadas a imbricação das diferentes materialidades constantes na narrativa fílmica de um documentário.

Pois, de acordo com Lagazzi (2017, p. 35-36):

[...] a imbricação das diferentes materialidades que compõem um material de análise se faz pelo movimento na incompletude e na falha de cada materialidade, que cada materialidade significa se demanda na(s) outra(s) com que compõe modos de formulação, uma demanda pela constante possibilidade de estar em movimento, estar em relação a esta(s) outra(s) materialidade(s).

Para tal proposição, selecionamos alguns momentos em que se possam identificar algumas nomeações de ruas, e elaboramos algumas questões sobre elas.

Questões:

1. Logo no início do documentário aparece a questão da nomeação da Rua do Egito, ela aparece em duas tomadas de imagem, conforme pode ser observado nas Figuras 01 e 02. Que efeitos de sentido podem ser produzidos a partir desses fotogramas?

Figura 01: Fotograma de uma cena do documentário.



Fonte: Rua carioca pede socorro, 2021.

Figura 02: Fotograma de uma cena do documentário



Fonte: Rua carioca pede socorro, 2021.

2. Ainda sobre as Figuras 01 e 02, na narrativa, são apresentados os motivos pelos quais ela continua com o mesmo nome durante determinado período. Vocês conhecem na sua

cidade algum nome de rua que tenha sido mantido ou modificado por conta de algum acontecimento ao longo dos anos? Se houver, você poderia descrever tal acontecimento?

3. O relato sobre a história de nomeação da Rua do Egito é parecido com a nomeação de alguma rua de sua cidade? Já ouviu algo que possa remeter a nomeação de uma rua de sua cidade como fato histórico? Caso, alguém de vocês já tenha ouvido, gostaria de compartilhar conosco?
4. A partir das imagens e dos depoimentos dados sobre a Rua da Carioca, vocês perceberam que os sujeitos do discurso falam o tempo todo de algo que remete à nomeação de uma rua. Vocês acreditam que estas falas contribuem para o discurso deles no direcionamento do sentido de resistir ao fechamento desta rua?

A partir destes questionamentos acredita-se que os alunos terão a oportunidade de dar visibilidade e colocar em evidência suas formações imaginárias sobre a nomeação das ruas de sua cidade e assim compreender os diferentes efeitos de sentido presentes no documentário em questão.

REFERÊNCIAS

- BRAOS, Ana Bibianne B. **Gestos de interpretação e constituição da autoria**: uma abordagem discursiva do documentário em sala de aula. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/files/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana_Bibianne_Boscov_Braos.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.
- COSTA, Greciely Cristina. **Sentidos de milícia**: entre a lei e o crime. Campinas, SP: Unicamp, 2014.
- LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 23, 2008. Resumo expandido. Goiânia: ANPOLL, 2008. p. 1-3. Disponível em <http://dln.fflch.usp.br/sites/dln.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>. Acesso em 17 mar. 2023.
- LAGAZZI, Suzy. A imagem em curso. A memória em pauta. *In*: TASSO, Imara; CAMPOS, Jefferson. (org.). **Imagem e(m) discurso**: a formação das modalidades enunciativas. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 51-65.

LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição fílmica. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; MAFFINECKEL, Nádia Régia; PFEIFFER, Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. (org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia, v. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 23-39.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005.

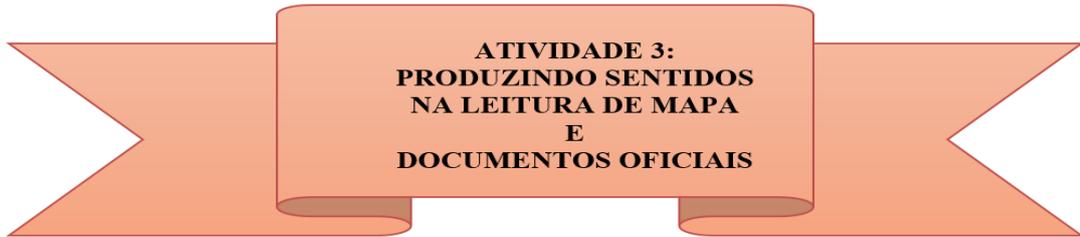
ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas: Pontes, 2017c.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas: Pontes, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar. **Série Estudos**, n. 10. Linguística: questões e controvérsias, publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984, p. 8-26. Disponível em: https://kupdf.net/download/orlandi-segmentar-ou-recortar_5b6f3958e2b6f5a64d46c326_pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

RUA DA CARIOCA PEDE SOCORRO. 19 out. 2021. Direção: WebTV CREA-RJ. 1 vídeo (11 min 3s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XMLrSFFbduQ>. Acesso em: 10 nov. 2022.



**ATIVIDADE 3:
PRODUZINDO SENTIDOS
NA LEITURA DE MAPA
E
DOCUMENTOS OFICIAIS**

I - IDENTIFICAÇÃO:

Tempo previsto: 10 aulas de 50 minutos

Conteúdo: Leitura

Conceitos: Arquivo¹⁸, memória discursiva¹⁹, memória metálica²⁰, texto²¹.

Objetivos:

- ✧ Ler o mapa de São José do Povo-MT, colocando em evidência os modos de funcionamento do discurso dos sujeitos na cidade através da nomeação das ruas ao longo de sua história de constituição.
- ✧ Dar visibilidade aos efeitos de sentidos em circulação na nomeação das ruas.
- ✧ Mobilizar a prática de pesquisa a partir da busca de documentos oficiais que reportem à nomeação das ruas do município de São José do Povo.

II – PROPOSTA DE ATIVIDADE

A leitura vista pela perspectiva da Análise do Discurso implica num processo de produção de sentidos. Segundo Orlandi (1996, p. 186): “A leitura é o momento crítico da

¹⁸ “[...] *ler o arquivo* (entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

¹⁹ “[...] chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. (ORLANDI, 2020, p. 29).

²⁰ “[...] a memória metálica, ou seja, a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade”. (ORLANDI, 2006, p. 5).

²¹ “Os textos individualizam - como unidade - um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc); quanto às posições do sujeito”. (ORLANDI, 2020, p. 68).

constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto.”

Por isso, não podemos considerar a leitura como um simples ato mecânico de ler e decodificar signos. Ela deve ser entendida como um processo de atribuição de sentidos onde os interlocutores a partir do discurso, interagem de forma crítica e participativa. Segundo Orlandi (2012, p. 11), “Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, num mesmo processo”.

Segundo Orlandi (2012, p. 8), para que leitura se desenvolva na perspectiva discursiva deve assumir as seguintes reflexões:

a) o de se pensar a produção da leitura e, logo, a possibilidade de encará-la como possível de ser trabalhada (se não ensinada); b) o de que a leitura, tanto quanto a escrita, faz parte do processo de instauração do (s) sentido(s); c) o de que o sujeito-leitor tem suas especificidades e sua história; d) o de que tanto o sujeito quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente; e) o fato de que há múltiplos e variados modos de leitura; f) finalmente, e de forma particular, a noção de que a vida intelectual está intimamente relacionada aos modos e efeitos de leitura de cada época e segmento social.

Dessa forma, pretende-se trabalhar a leitura do mapa de São José Povo-MT, como um lugar de gestos de interpretação de enunciados que se entrecruzam com as imagens que os sujeitos fazem do espaço que habitam, funcionando como unidades de sentido pelos efeitos de linguagem, permitindo-os “[...] refletir sobre a construção das identidades individuais e coletivas no espaço da cidade, nas suas relações de contradição constitutivas” (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 181). Ainda, de acordo com Zoppi-Fontana (2011, p. 180-181), “Pensar a cidade discursivamente implica, então, pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam”. Sendo assim, devemos considerá-la como “[...] espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”. (ORLANDI, 2001, p. 10).

Assim, a cidade é compreendida como um espaço simbólico de identificação/subjetivação, no qual os sujeitos sociais são constituídos no embate do real histórico da cidade e da sobredeterminação homogeneizante do aparelho jurídico-administrativo que a organiza com base num discurso urbanístico (Orlandi, 2001) que apaga o real da história e as contradições do político na interpretação da cidade e das relações entre sujeitos que nela se materializam. (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 181).

Sabemos, no entanto, que a cidade é, pois atravessada pelo discurso político legitimado por ações e determinações que fogem à singularidade dos sujeitos que a constitui. Tais atos administrativos são colocados como formas de enxergar a questão da cidade em sua forma material. Sabemos que esse discurso funciona no intuito de “instituir as relações e assegurar o sentido”. (MOTTA, 2009, p. 9). O mapa, por exemplo, administrativamente, é visto como “[...] uma estabilidade cotidiana do endereço”, segundo Guimarães (2017, p. 57) ou como forma de organização do espaço.

Estamos propondo, neste trabalho, trazer para a sala de aula, uma nova proposta de se trabalhar com o mapa. Pretendemos utilizá-lo na perspectiva discursiva da linguagem tomando-o como texto e considerando-o como linguagem. (GUIMARÃES, 2017, p. 77).

Temos em mente que este processo de interpretação será atravessado pela ideologia e pela memória discursiva, em que os envolvidos no processo terão a oportunidade de se posicionarem, enquanto sujeitos inscritos em seus próprios dizeres. Pois, segundo Orlandi (2011, p. 103) “Em uma história, há muitas e, portanto, há sentidos que não confinam mas que partem em muitas e variadas direções. Não são diferentes versões de uma história: são os diferentes sentidos de muitas histórias possíveis”.

Mesmo sabendo que o mapa é utilizado como “[...] uma indicação de acessos ao mundo” (GUIMARÃES, 2017, p. 78), nele contêm sentidos por aqueles que o instituíram, e é justamente estes sentidos que pretendemos compreender juntamente com os alunos. Nosso objetivo principal é compreender os sentidos das nomeações das ruas de São José do Povo-MT e em quais condições de produção foram instauradas em tais nomeações.

Para tal, o mapa será tomado como unidade textual, afetado pelas suas condições de produção, e, a partir deste material significativo, faremos juntamente com os alunos um estudo sobre a nomeação das ruas, oportunizando a eles apresentarem seus gestos de interpretação sobre o espaço em que habitam, possibilitando-os pensar sobre o que está fazendo sentido nas nomeações de ruas de sua cidade. Pois, de acordo com Orlandi (2020a, p. 55):

[...] o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada - embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

É, dessa forma, que pretendemos trazer o mapa de São José do Povo-MT para a sala de aula, como forma de considerá-lo como linguagem não fechada em si, mas como material que significa, onde funcionam sentidos, o interdiscurso, a memória discursiva, as relações de força no processo de constituição da nomeação das ruas, possibilitando a abertura de espaço para um ensino que seja reflexivo na escola.

Para avançarmos na realização desta atividade, além da leitura do mapa do município de São José do Povo-MT, faremos também a pesquisa e a leitura de documentos oficiais, no intuito de que eles nos auxiliem na compreensão dos sentidos utilizados para a nomeação das ruas deste município.

Portanto, será oportunizado aos alunos pesquisas em órgãos públicos e *sites* oficiais que possam contribuir para a constituição do arquivo de leitura, propiciando aos nossos alunos momentos reflexivos sobre tais nomeações. Pois, segundo Orlandi (2011, p. 105), em se tratando de documentos oficiais “Nada pode ser mais carregado de sentidos, de contradições, de equívocos”. Ainda de acordo com a autora os documentos que fazem parte do discurso fundador trazem uma linguagem governada onde se traçam trajetórias sociais e percursos históricos. Sendo assim, não se pode analisar o discurso fundador sem se pensar nos sujeitos que constituíram todo esse processo.

Assim, pretendemos realizar um trabalho que rompa com a noção de leitura que impede os alunos de pensarem nos sentidos que ela pode proporcionar, permitindo que haja deslocamentos possíveis em seus gestos de interpretação. Dessa forma, daremos aos nossos alunos condições de observarem os modos de funcionamento do discurso na cidade através da nomeação das ruas do município onde vivem.

Sendo assim, propomos desenvolver esta atividade em quatro etapas.

Primeira etapa - Nesta etapa, o mapa será tomado como elemento inicial para o estudo que está por ser realizado. Pois, segundo Guimarães (2017, p. 58) “Tomar o mapa como corpus permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano”.

O mapa será apresentado através da projeção em *data-show*, para que todos possam ter uma melhor visibilidade do material e, a partir desta projeção, colocarem em evidência os sentidos atribuídos a partir dessa leitura. Ao apresentá-lo aos alunos, o professor deve falar sobre a sua importância enquanto objeto simbólico neste trabalho. Assim, o professor irá apresentá-lo como “[...] o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letras, espaço, dimensão direcionada, tamanho. É o material bruto, mas também espaço

significante”. (ORLANDI, 2001, p. 117). Trabalhando a questão da heterogeneidade da língua, constituída em uma representação gráfica do espaço geográfico do município que traz consigo as nomeações das ruas, que constituem a história da cidade e das pessoas que nela habitam, buscando compreendê-lo como lugar de gestos de interpretação, em que cada aluno possa relacionar os sentidos, as memórias e os dizeres que podem ser explorados a partir dele.

Dessa forma, ele deverá ser apresentado como texto, ou seja, como uma unidade de sentido onde os alunos poderão atribuir os sentidos a partir dele e perceber o movimento da história da cidade e os discursos pelas diversas leituras proporcionadas por esse objeto simbólico. Assim, os sujeitos envolvidos no processo poderão observar a cidade, a língua e a história da qual estão inseridos. Para esta etapa, sugere que sejam feitos alguns questionamentos:

1. Vocês já utilizaram mapas nas aulas de Língua Portuguesa?
2. O que mais chamou a atenção de vocês no mapa?
3. Vocês conheciam o mapa do seu município? Em caso afirmativo, onde tiveram acesso a ele?
4. Vocês conhecem todas as ruas do seu município? E os seus nomes? Em caso afirmativo, como você tomou conhecimento?
5. Vocês sabem quem nomeia as ruas de uma cidade? Em caso afirmativo, como se dá esse processo de nomeação?
6. Através do mapa, vocês conseguem localizar a rua em que moram?
7. Falando ainda da rua onde vocês moram, sabem o porquê que ela recebeu tal nomeação?
8. Na nomeação das ruas de seu município aparecem nomes que são comuns aos de outras ruas em outras cidades? Em caso afirmativo, quais ruas e quais são esses nomes?
9. Dentre as nomeações contidas no mapa de sua cidade, vocês conseguem identificar alguém sobre quem já ouviu falar?
10. Para vocês, a nomeação das ruas de seu município tem algum sentido com a história de sua fundação?
11. Vocês sabem por qual motivo a rua da igreja católica recebe o nome de um padre? Essa nomeação representa algo para a história da sua cidade?
12. Sabem localizar no mapa o nome da rua da Prefeitura da sua cidade? Sabem quem é a pessoa que deu o nome a ela?

13. Quando vocês vêm para a escola, passam por várias ruas, sabem o nome de todas elas?
14. Sabem dizer quem é a pessoa que nomeia a rua da sua escola? Essa pessoa fez algo que impactou a história da sua cidade?
15. E a rua da escola estadual, ele recebe o nome de quem? Essa pessoa é conhecida por todos os que habitam no município ou é uma pessoa indiferente aos moradores?
16. Observando o mapa, que tipo de nomeação predominam nas ruas de seu município? Vocês concordam com essas nomeações?
17. Pela observação do mapa, vocês sabem de alguma rua que foi renomeada? Em caso afirmativo, quais ruas sofreram essa modificação? Vocês acreditam que este processo de renomeação tenha sido feito por se tratar de uma pessoa conhecida ou por interesse puramente político?
18. De forma geral, o que vocês puderam observar sobre o mapa da sua cidade?

Finalizada esta etapa, sugerimos que o estudo seja direcionado para a divisão dos grupos para que sejam realizadas as pesquisas que darão prosseguimento à constituição do arquivo de leitura a que temos proposto desde o início desta atividade.

Segunda etapa - Sugerimos que nessa etapa seja feita a organização dos grupos e divisão do trabalho da pesquisa, sendo que um grupo irá realizar a pesquisa em *sites* oficiais, tais como do Iomat, da Prefeitura. Além da pesquisa nos meios digitais, a pesquisa poderá ser realizada em órgãos oficiais, tais como: na Prefeitura, na Câmara Municipal, na secretaria da igreja católica e em cartórios da cidade de São José do Povo-MT e de Rondonópolis-MT, pois São José do Povo-MT era distrito desta cidade, no momento em que foi emancipada.

A divisão de grupos será feita de acordo com o número de alunos da turma, sobre aspectos que abordam sobre a fundação do município para que, a partir de sua história de constituição, os alunos possam compreender os sentidos utilizados para a nomeação das ruas de São José do Povo-MT, a partir de documentos que contenham informações sobre o município e a nomeação das ruas. Ela tem por objetivo fazer o levantamento de informações que contribuam para a compreensão dos sentidos instaurados no mapa e na nomeação das ruas deste município.

Assim, os alunos deverão ser acompanhados pelo professor aos locais supracitados e apresentados às autoridades responsáveis pelos estabelecimentos nos quais serão realizadas as

pesquisas para que eles tenham ciência do processo de constituição do trabalho que está sendo realizado.

Ao pesquisar na internet, os alunos terão acesso a inúmeras informações, assim, o professor deverá acompanhar e orientá-los para que não se perca o foco da pesquisa. Pois, quando se realiza um trabalho em que se utiliza a internet como um suporte de pesquisa, devemos sempre estar atentos ao discurso eletrônico, pois segundo Orlandi (2006, p. 5):

A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade. As diferentes formas de memória acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função-autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia.). Aliada a questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação, produz efeitos sob o modo como ela funciona.

Dessa forma, o que for pesquisado na internet, precisa ser verificado quanto aos aspectos de sua constituição, formulação e circulação. Segundo Dias (2014, p. 8):

Diferente da noção de memória discursiva, que diz respeito à existência histórica do enunciado, a memória metálica concerne à existência técnica do enunciado. Na memória metálica, toda significação se dá no nível da atualização. Vemos que nesse caso, o ponto de partida para a construção dos sentidos não é a filiação do sujeito a uma rede de constituição do sentido, mas a uma rede de atualização técnica do sentido, uma vez que aquilo que se atualiza é o próprio registro. O já-dito armazenado que retorna sob a forma da atualização do registro de uma informação/dado, e não da formulação num intradiscurso, o que chamaríamos de uma atualização na forma da textualização da memória discursiva.

Assim, devemos estar atentos à essas questões, pois o que é pesquisado na internet nem sempre pode estar vinculado à memória discursiva constitutiva dos fatos, e pode não trazer a contribuição de que tanto estamos buscando para o processo ensino e aprendizagem de nossos alunos, pois o que pretendemos é justamente promover momentos de interação do sujeito com o sentido e a interpretação, a partir de uma prática pedagógica mais próxima deles.

De acordo com Santos e Sarian (2016, p. 221), “[...] O acesso à informação não garante a construção do conhecimento, que se dá por meio de um trabalho com a leitura em sua materialidade constitutiva, na historicidade do dizer”. Ainda, segundo as autoras (2016), é

importante que se dê espaço para que o aluno problematize, ao ter contato com estas informações, discuta, selecione e polemize-as.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a questão da não-transparência da língua através da relação do sujeito com o social e da opacidade do urbano. Pois, segundo Motta (2009, p. 13): “A reflexão nos permite pensar, pelo funcionamento da língua, o processo de individualização do sujeito nas políticas públicas urbanas”.

Para tal compreensão, além do trabalho com os mapas, tomaremos também alguns documentos como materiais significantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Sugerimos, então, que os alunos pesquisem sobre os seguintes tópicos²²:

1. História de constituição do município.
2. Lei que trata da criação do município.
3. Leis que tratam do processo de nomeação das ruas da cidade.

Dessa forma, acreditamos que estaremos diante de materiais que nos permitirão saber mais sobre os processos de constituição do município de São José do Povo-MT, bem como a nomeação de suas ruas. Pensamos em tais documentos por se tratarem de documentos como discurso fundador²³ e, assim, intencionamos encontrar neles ‘pistas’ que nos levem aos sentidos que reportem às nomeações das ruas dessa cidade. Sabemos que estes documentos são instrumentos de ordem jurídico-administrativo e político e, por isso, devemos estar atentos ao que não está dito, às falhas e à sua equivocidade. Isso faz com que estejamos fazendo os movimentos propostos pela AD, não analisando apenas a palavra escrita, mas sim os gestos de interpretação e os sentidos que subjazem o interdiscurso.

O que pretendemos neste trabalho é justamente andar na contramão dos modos de se pensar a cidade administrativamente. É pensar na cidade enquanto objeto simbólico para além de informações sobre a demarcação de território. É pensar na cidade como um lugar onde

²² Realizamos uma pesquisa prévia e a ata de fundação não foi localizada, fizemos a pesquisa em cartórios, câmara e prefeitura. Encontramos algumas informações no IOMAT sobre a emancipação política e sobre a população, mas de forma bem superficial, através de duas notícias. Algumas informações, sobre a história do município são encontradas no site da prefeitura, que referencia o escritor João Carlos Vicente como fonte de acesso a esta história. A Lei de criação do município, encontramos na prefeitura e na câmara municipal. Documentos sobre a renomeação de ruas estão nos arquivos da câmara municipal.

²³ “Todo povo, todo país tem suas falas fundantes; isto é, discursos, enunciados, lendas, mitos que o ‘explicam’, que o ‘significam’, que lhe conferem identidade. São discursos que ‘reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”. (MEDEIROS, 2001, p. 107-108).

existem pessoas que se relacionam e produzem sentidos através de gestos de interpretação sobre este espaço. Pois segundo Orlandi (2017c, p. 201-202):

Em nossas reflexões temos procurado considerar a cidade em seu real, atravessando com nossa observação, sustentada pela teoria e o método de análise de discurso, o imaginário que institui este jogo de sentidos entre o urbano, a cidade e o social, envolvendo nele os sujeitos. Nosso objetivo é compreender a relação entre o espaço da cidade, sujeito à interpretação, com a sociedade. A cidade, insistimos, enquanto espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico. Para tal, incluímos em nossa reflexão o sujeito pensado por uma teoria não subjetiva, em que contam em sua constituição, assim como na dos sentidos que ele pratica, o social, o histórico, o político, assim como o inconsciente e a ideologia. Mas não só.

Portanto, devemos estar atentos ao objetivo deste trabalho que é pensar a cidade pelo aspecto do seu funcionamento com objeto simbólico a significar pelos sujeitos que fazem parte dela, na tentativa de levá-los à compreensão dos sentidos que permeiam a sua constituição.

Dessa forma, ao término das pesquisas, em sala de aula, os alunos irão passar para a próxima etapa e as informações coletadas serão apresentadas aos demais colegas em roda de conversa, onde terão a oportunidade de exporem seus gestos de interpretação em debate.

Terceira etapa - Nesta etapa, professores e alunos terão a oportunidade de trocarem experiências sobre tudo o que fizeram durante o processo de busca de informações. Sugere-se que, neste momento, a leitura dos documentos seja feita num momento de socialização, onde o professor faça a leitura juntamente com os alunos parágrafo por parágrafo a fim de que eles compreendam os sentidos do texto, o que fora dito e o não-dito, e o que está sendo colocado nesses documentos. Ao abriremos espaços para que eles questionem, estamos dando a eles a oportunidade de colocarem em evidência os fatos apresentados por tais documentos no batimento entre a formulação e a constituição destes arquivos. O importante, nessa etapa, é dar voz e vez aos alunos para que eles coloquem seus gestos de interpretação.

Acreditamos assim, que a partir do acesso às informações institucionais, os alunos possam compreender que a língua não é transparente e através da linguagem são capazes de estabelecer suas relações com o social. Nada do que é formulado e constituído é indiscutível. Todos nós, enquanto sujeitos históricos, podemos atribuir sentidos que podem não ser os mesmos, mas nunca qualquer um.

Após a leitura minuciosa e a apresentação do material coletado pelos alunos, sugerimos os seguintes questionamentos:

1. Vocês anteriormente a esta pesquisa, tiveram acesso a algum documento oficial como estes? Em caso afirmativo, quem o apresentou?
2. Vocês discordam de algum apontamento apresentado nos documentos que vocês tiveram acesso? Gostaríamos de saber, a partir da sua compreensão, quais os aspectos que mais chamaram a atenção?
3. Vocês acreditam que tudo que é escrito oficialmente é tido como verdadeiro? Nós, enquanto sujeitos, podemos nos posicionar diante de um documento oficial? De que forma?
4. Nos documentos pesquisados aparece o nome do fundador da cidade de São José do Povo? Alguma das ruas recebe este nome?
5. Dentre os documentos pesquisados vocês conseguiram observar mais nomes de pessoas que nomeiam as ruas do seu município? Alguma delas recebe o nome de pessoas que estão ligadas ao processo histórico de São José do Povo?
6. A forma como a história do município é relatada nos documentos pesquisados, para vocês, há algum aspecto que se diverge ou se assemelha? Quais seriam esses pontos?
7. Depois de terem acesso às informações coletadas na pesquisa realizada, vocês acreditam que ter acesso ao conhecimento sobre a cidade em que moram muda seu pensamento com relação a ela? De que forma?
8. Ao ter contato com os materiais que estamos utilizando na pesquisa sobre a nomeação de ruas, vocês tiveram a curiosidade em saber quais são os critérios utilizados para se nomear uma rua? Poderiam compartilhar conosco essas informações?
9. Após as leituras realizadas em sala de aula e das experiências de pesquisa e leituras feitas ao longo da realização deste trabalho, vocês acreditam que elas contribuíram para a compreensão das nomeações das ruas de sua cidade?

10. Atualmente, pela ótica do sujeito, enquanto morador de São José do Povo, como vocês compreendem o processo de nomeação de suas ruas?

Acreditamos que a partir da análise dos dispositivos jurídicos e das reflexões colocadas em pauta, os alunos serão capazes de melhor compreender as questões que permeiam a nomeação das ruas da cidade de São José do Povo-MT, ressignificando a sua concepção enquanto sujeito que nela habita. Pois, segundo Motta (2009, p. 20): “Entendemos que o gesto de interpretar, de interrogar, se dá pela materialidade do discurso. É no tecido discursivo que se engendram as relações políticas e que se torna possível compreender que o sentido e o sujeito se constituem simultaneamente”.

Sendo assim, acreditamos que estaremos contribuindo para que nossos alunos apresentem seus gestos de interpretação a partir do que está proposto nesta atividade.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Cristiane. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. **Entremeios**: Revista de estudo do discurso, Pouso Alegre, v. 9, 2014. p. 1-13. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/198.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- MEDEIROS, Vanise Gomes de. A constituição de um discurso fundador: o prefácio de Casa Grande & Senzala. **Rua**. Campinas, SP, v. 7, 2001. p. 107-126. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640723/8264>, Acesso em: 12 mar. 2023.
- MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no estado de Mato Grosso**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, RS, v. 09, n. 23, 2001. p. 109- 116. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365/18055>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Cidade atravessada**. Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 53, n. 2, 2011. p. 97-100. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636979>. Acesso em: 2 abr. 2023.

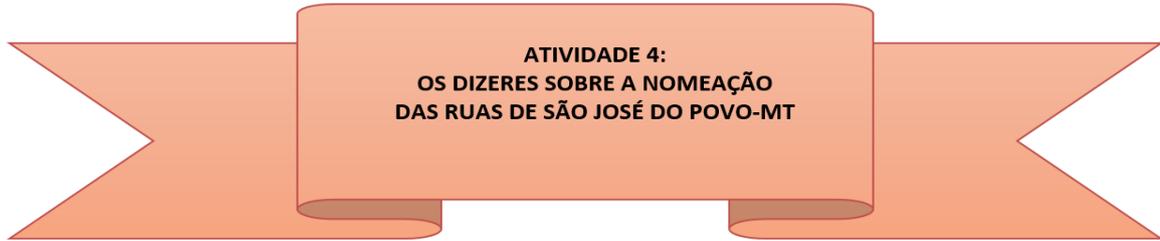
ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso: Conversa com Eni Orlandi. Entrevista concedida a Raquel Goulart Barreto. **Teias**: Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, 2006. p. 1-7. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24623/17602>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SANTOS, Cristiane Pereira dos; SARIAN, Maristela Cury. A discursividade da inclusão digital e da melhoria do ensino – aprendizagem em circulação em livros didáticos de Língua Portuguesa. In: DI RENZO, Ana; MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. **Ciência, língua e ensino**. Campinas, SP: Pontes, 2016. p.209-230.

ZOPPI-FONTANA. Mónica Graciela. A Cidade se mexe da bicicleta ao cycle chic. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 53, n. 2, 2011. p. 179-196. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636987>. Acesso em: 20 mar. 2023.



I – IDENTIFICAÇÃO:

Tempo previsto: 10 aulas de 50 minutos

Conteúdo: Leitura e escrita.

Conceitos: Memória discursiva²⁴, gestos de interpretação²⁵, efeitos de sentido²⁶, escrita²⁷.

Objetivos:

- ✧ Mobilizar os sentidos atribuídos pelos moradores, através de entrevista, sobre o processo de nomeação das ruas de São José do Povo-MT.
- ✧ Colocar em evidência a história oficial e os modos de compreensão das nomeações das ruas de São José do Povo-MT pelos entrevistados.

II – PROPOSTA DE ATIVIDADE

Nesta atividade, estaremos trabalhando a leitura e escrita, por meio da elaboração do roteiro de entrevista, que será aplicado junto aos moradores que fizeram parte da história da fundação da cidade de São José do Povo-MT e dos que nela habitam em 2023, mobilizando os sentidos que eles atribuem à nomeação das ruas de sua cidade, dando visibilidade aos gestos de interpretação dos envolvidos neste processo.

²⁴ “[...] o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva”. (ORLANDI, 2020, p. 29).

²⁵ “[...] Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas”. (ORLANDI, 2020, p. 67).

²⁶ “A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos. Sem esquecer que os sentidos não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da intensão (sic) e consciência dos interlocutores. São efeitos da troca de linguagem. Que não nascem nem se extinguem no momento em que se fala”. (ORLANDI, 2012, p. 137).

²⁷ “Em uma perspectiva discursiva, segundo Orlandi (2001, p. 204) ‘a escrita é uma forma de relação social’, sendo a letra o traço da entrada do sujeito no simbólico. ‘Traço que marca o sujeito enquanto sujeito, em sua possibilidade de autoria, frente à escrita’ (idem). Ainda, conforme Orlandi (2002, p. 233), ‘a escrita especifica a natureza da memória, ou seja, define o estatuto da memória (o saber discursivo que determina a produção dos sentidos e a posição dos sujeitos), definindo assim, pelo menos em parte, os processos de individualização do sujeito’. Então, é pelo processo da escrita que o sujeito se subjetiva, ocupa determinadas posições-sujeito, inclusive a de autor”. (AGUSTINI; GRIGOLETTO, 2008, p. 146).

No intuito de ressignificarmos a prática pedagógica que acreditamos que esteja arraigada em sala de aula, buscamos compreender em quais condições de produção a entrevista aparece no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso - DCR (MATO GROSSO, 2018). Ela encontra-se inscrita no campo jornalístico-midiático, como estratégia de produção de textos, através da seguinte habilidade:

(EF89LP13) Planejar entrevistas orais com pessoas ligadas ao fato noticiado, especialistas etc., como forma de obter dados e informações sobre os fatos cobertos sobre o tema ou questão discutida ou temáticas em estudo, levando em conta o gênero e seu contexto de produção, partindo do levantamento de informações sobre o entrevistado e sobre a temática e da elaboração de um roteiro de perguntas, garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática, realizar entrevista e fazer edição em áudio ou vídeo, incluindo uma contextualização inicial e uma fala de encerramento para publicação da entrevista isoladamente ou como parte integrante de reportagem multimidiática, adequando-a a seu contexto de publicação e garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática. (MATO GROSSO, 2018, p. 44).

Sabemos que este documento é uma proposta que se instala na escola como discurso político e para tal não contempla em sua totalidade os aspectos da análise do discurso. Desse modo, pretendemos desenvolver esta atividade contemplando os pressupostos teóricos e metodológicos inscritos na perspectiva discursiva, no intuito de, através dos gestos de interpretação dos moradores e migrantes, buscarmos os sentidos atribuídos por aqueles que participam e/ou participaram do processo de fundação, emancipação, nomeação das ruas de São José do Povo-MT.

Esta proposta de atividade será desenvolvida a partir da contribuição de Fedatto (2016, p. 96):

A partir de uma concepção de homem que se constitui pela inclusão/exclusão no mundo das relações sociais, devemos pensar as características de humanidade como historicamente constituídas, materializadas sobre, e no, conjunto de realidades que significam de determinada maneira e não de outra. Se o trabalho é um ponto de partida fundamental no processo de humanização do homem, podemos dizer, discursivamente, que a significação pelo e no trabalho funciona no imaginário das sociedades atuais, muitas vezes, somente pela possibilidade da sobrevivência, e não como um lugar de identificação para o sujeito.

Desse modo, estaremos oportunizando aos nossos alunos, refletirem sobre as suas relações no cotidiano, bem como suas práticas discursivas, pois, a partir do momento em que eles forem convocados a elaborarem questões que servirão de roteiro para a entrevista, eles

estarão colocando em prática suas formações imaginárias, suas histórias de leituras, seus conhecimentos linguísticos e suas relações com o mundo exterior, estabelecendo uma relação consigo mesmo e com sua exterioridade.

A entrevista também será aplicada para os imigrantes, pois assim estaremos colocando em evidência seus gestos de interpretação, enquanto sujeito que constitui a história do município em que habita, portanto, ele deve ser escutado e deve ser compreendido a partir de suas relações com a exterioridade, possibilitando os deslocamentos necessários para a compreensão do seu real imaginário, descartando a possibilidade de um discurso único e estabilizado. Dessa forma, trabalharemos “[...] a migração como um processo historicizado na discursividade do social, do político, (re)velando a equivocidade das posições que o sujeito pode ocupar nesse funcionamento”. (FEDATTO, 2016, p. 95). Pois,

Esse imaginário de estabilidade, ficando vinculado ao instável, faz justamente com que o transitório, o desestabilizado seja o objeto do trabalho simbólico-imaginário do sujeito migrante. Um ponto possível de deslizamento nesse funcionamento é o questionamento do lugar do sujeito num espaço de referências ressignificadas pela migração. (FEDATTO, 2016, p. 96).

Pretendemos, então, com a entrevista, propiciar momentos de reflexão entre os entrevistados e entrevistadores sobre a cidade, mas não de forma abstrata, administrativa e sim pela sua compreensão enquanto sujeito que nela vive. Pois,

Estudos tradicionais sobre a cidade se pautam, em grande medida, por concepções teóricas que discutem questões de desenvolvimento econômico, social, urbanístico, privilegiando um posicionamento puramente administrativo sobre as relações sociais na cidade. Nesse sentido, a discussão acerca das contradições urbanas tende a ser guiada por argumentos lógico-estatísticos, difundindo classificações constataórias sobre o que se diz serem ‘aspectos correlatos da construção do urbano: migração, desemprego, marginalização, deterioração das condições de habitação, instabilidade política’ (RATTNER, 1978), o que, em nossa perspectiva, são questões de cunho político-social alocadas na própria constituição da ordem urbana como possibilidade do equívoco na relação com o simbólico. (FEDATTO, 2016, p. 94).

Desse modo, a entrevista será desenvolvida na perspectiva discursiva, tratando a cidade como discurso apresentando-a como:

[...] uma organização do espaço e da língua sustentada por uma ordem simbólica, onde o real da história vem se confrontar com o real da língua, através de um imaginário aí construído. Uma complexa rede de comunicação,

em uma língua determinada, instala-se em um espaço físico, fazendo com que esse espaço signifique, funcione e ganhe, imaginariamente, uma existência independente dessa ordem simbólica. (SILVA, 1999, p. 28).

É justamente esta proposta que pretendemos desenvolver nesta atividade. O sujeito pela linguagem utilizando-se do discurso irá colocar suas impressões sobre o mundo que está ali significado para ele. Dessa forma, não podemos, segundo Rocha, Daher e Sant’Anna (2004, p. 17), considerar a entrevista como:

[...] mero instrumento de captação de um dito, como simples ferramenta que permitiria o acesso a “verdades reveladas” pelo entrevistado, como o sugerem muitos trabalhos na área. O ponto de vista que ora defendemos caminha no sentido oposto ao sustentado por essa visão “asséptica” da entrevista, vista como instrumento (naturalizado) de coleta de saberes variados.

Para a elaboração do roteiro, precisamos apresentar aos nossos alunos o conceito de entrevista partindo da perspectiva a que estamos filiando nosso trabalho, pois através dela, que estaremos em contato direto com os entrevistados, e assim, os alunos necessitam saber como este elemento de escuta funciona. Pretendemos trabalhar a entrevista como prática discursiva, ou seja, entendendo-a como um momento de interação dos interlocutores por meio da qual serão produzidos sentidos e como lugar de construção de suas ‘marcas da subjetividade’.

Daí a importância de uma abordagem discursiva já que essa abordagem permite observar como a língua produz sentidos, justamente pela inscrição de seus efeitos materiais na história. Permite apreender o acontecimento da linguagem, isto é, o encontro entre uma atualidade e uma memória. É isto que vamos procurar compreender: o sentido como acontecimento. (ORLANDI, 2020a, p. 139)

De acordo com Spink (2013, p. 159):

Ao abordar a entrevista inicial como prática discursiva estamos antes de mais nada, entendendo-a como ação, ou, melhor dizendo, como interação. Esta interação se dá em um certo contexto, numa relação constantemente negociada. Numa conversa, o locutor posiciona-se e posiciona o outro, ou seja, quando falamos, selecionamos o tom, as figuras, os trechos de histórias, os personagens que correspondem ao posicionamento assumido diante do outro que é posicionado por ele. As posições não são irrevogáveis, mas continuamente negociadas.

No desenvolvimento dessa entrevista, os entrevistadores irão conversar com pessoas com diversos níveis de escolaridade e, para isso, eles deverão respeitar cada pessoa em sua

singularidade, e isso deve ser esclarecido pelo professor a eles. De acordo com Orlandi (2020b, p. 28):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi.

Dessa forma, sugerimos que sejam feitas perguntas que levem os entrevistados a falarem sobre os sentidos que atribuem sobre como fora fundado o seu município e como, a partir de sua fundação, foram se constituindo as relações de nomeações de suas ruas. Essas perguntas deverão ser elaboradas pelos próprios alunos, pois eles já terão condições de atribuírem os sentidos sobre o processo de nomeação das ruas a partir das atividades que vêm desenvolvendo anteriormente.

Após ser elaborado e discutido o roteiro de perguntas, eles serão divididos em grupos para realizarem as entrevistas junto aos moradores, os grupos serão divididos conforme o número de alunos e quantidade de pessoas a serem entrevistadas. Após este processo de distribuição, eles poderão entre grupos simularem como serão realizadas as entrevistas, eles farão perguntas aos seus colegas de sala de aula, como se estivessem realizando a entrevista com um morador, e a partir desta dinâmica, como um gesto de contribuição, auxiliar os seus colegas, no sentido de como poderão abordar os entrevistados.

A entrevista deverá ser transcrita e se o entrevistador permitir, ser gravada em vídeo ou apenas em áudio para que não sejam perdidos e/ou omitidos aspectos importantes.

Terminado o processo de coleta das informações, os alunos retornarão para a sala de aula, onde farão a leitura das entrevistas, em voz alta e em forma de roda de conversa, terão a oportunidade de darem aos seus colegas de sala de aula a visibilidade aos modos de compreensão das nomeações das ruas de São José do Povo-MT pelos seus entrevistados, propiciando momentos de interação e reflexão entre os locutores.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes; GRIGOLETTO, Evandra. Escrita, alteridade e autoria em análise do discurso. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, 2008. p.145-156.

Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/27912/19984>. Acesso em: 17 jan. 2023.

FEDATTO, Carolina Padilha. O que é migrar? Ser de um lugar? **Revista DisSol**, Pouso Alegre, ano 2, n. 3, 2016. p. 93-106. Disponível em:

<http://ojs.univas.edu.br/index.php/revistadissol/article/view/81/81>. Acesso em: 06 abr. 2023.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso**. Ensino Fundamental Anos Finais. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pSppruO-tS9-puiU-IL01llcavKCJye5/view>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020b.

SILVA, Mariza Vieira. Espaços urbanos - espaços de escrita. **Escritos 5**. Campinas, SP: Unicamp, 1999. E-book. Disponível em:

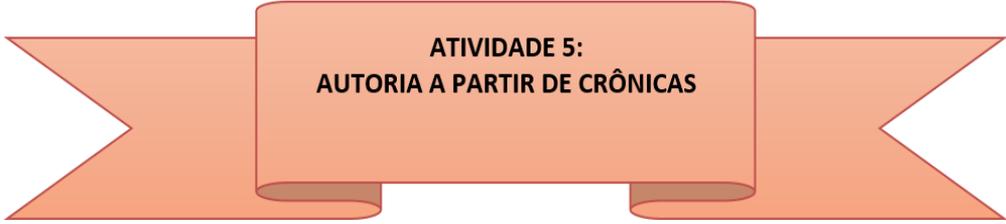
<https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/upload/files/escritos/Escritos5.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SPINK, Mary Jane. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano**. Aproximações teóricas e metodológicas. Edição virtual. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/37485408/SPINK_Mary_Jane_Pr%C3%A1ticas_Discursivas_e_Produ%C3%A7%C3%A3o_de_Sentido_no_Cotidiano. Acesso em: 18 jan. 2023.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A Entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva.

Polifonia. UFMT, v. 8, n. 8, 2004. p.1-19. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1132>. Acesso em: 18 jan. 2023.



**ATIVIDADE 5:
AUTORIA A PARTIR DE CRÔNICAS**

I – IDENTIFICAÇÃO:

Tempo previsto: 10 aulas de 50 minutos

Conteúdo: Leitura e escrita.

Conceitos: Materialidade significativa²⁸, imbricação material²⁹, memória discursiva³⁰, gestos de interpretação³¹, efeitos de sentido³², escrita³³, leitura³⁴.

Objetivos:

- ✧ Criar condições para que os alunos compreendam os diferentes efeitos de sentido produzidos na leitura de crônicas selecionadas. (Dois amores; de Paulo Lins; Em favor da própria rua, de Paulo Mendes Campos; Rua! de Antônio Carlos Sarmiento).
- ✧ Abrir espaços para a autoria a partir da produção de crônicas que retomem o processo de nomeação das ruas de São José do Povo.

²⁸ “[...] a materialidade do discurso é a linguagem em suas diferentes materialidades significantes, quais sejam: a palavra, a imagem, o gesto, a musicalidade, o aroma, a cor, o enunciado, a cena, o corpo, a melodia, a sonoridade, enfim diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas pela intervenção do sujeito. [...] a materialidade significativa nos remete à estrutura e à estruturação a um suporte que permita a produção de sentidos para sujeitos”. (LAGAZZI, 2017, p. 36).

²⁹ “[...] a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais, em composição contraditória. Uma materialidade remete a outra, movimento no qual a não--saturação e o desajuste constitutivo do encontro de especificidades materiais distintas permite o jogo da interpretação”. (LAGAZZI, 2008, p. 2).

³⁰ “[...] o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva [...]”. (ORLANDI, 2020b, p. 29).

³¹ “Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas”. (ORLANDI, 2020a, p. 67).

³² “A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos. Sem esquecer que os sentidos não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da intensão (sic) e consciência dos interlocutores. São efeitos da troca de linguagem. Que não nascem nem se extinguem no momento em que se fala”. (ORLANDI, 2012, p. 137).

³³ “A escrita é um dos modos de que o sujeito lança mão para relacionar-se com a história, com seu tempo, com a sociedade, em suma, para inscrever-se no corpo social. E, é por meio desse fazer do sujeito que sua escrita inscreve-se também na memória social”. (INDURSKY, 2009, p. 35).

³⁴ “A leitura é o momento crítico da constituição do texto, é o momento privilegiado da interação, aquele em que os interlocutores se identificam como interlocutores e, ao se constituírem como tais, desencadeiam o processo de significação do texto”. (ORLANDI, 1996, p. 186).

✧ Dar visibilidade aos gestos de leitura, materializados nas produções textuais, à comunidade escolar e aos moradores da cidade.

II – PROPOSTA DE ATIVIDADE

Nesta atividade teremos a oportunidade de enxergar a materialização dos efeitos de sentido produzidos nas atividades propostas anteriormente.

O objetivo principal dessa atividade é criar condições para que os alunos ao ler as crônicas, compreendam os diferentes efeitos de sentido produzidos nelas, e a partir desta leitura, o professor, em sala de aula, possa abrir espaços para a autoria de crônicas que retomem o processo de nomeação das ruas de São José do Povo-MT.

Acreditamos que este será o momento culminante da nossa proposta de leitura e escrita. Neste contexto, os alunos terão a oportunidade de atribuírem sentidos sobre as nomeações das ruas do município em que residem, através do processo de autoria. Este momento poderá ficar ainda mais interessante quando eles se sentirem autores de seus próprios dizeres e construtores de suas próprias histórias. Pois, segundo Orlandi (2020a, p. 71):

Ao nosso ver, a função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é a parte da história e não mero exercício mnemônico. Ou seja, o autor, embora não instaure discursividade [...], produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é a sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo.

Ainda, de acordo com Orlandi (2012, p. 105):

Para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade: ele constrói assim sua identidade como autor. Isto é, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. O autor é, pois, o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel, na ordem social em que está inserido.

E para que ele se inscreva como autor, o sujeito passa por um processo bastante complexo, segundo Orlandi (2012, p. 10), o que se exige do autor é: “[...] coerência; respeito aos padrões estabelecidos, tanto quanto à forma do discurso como às formas gramaticais;

explicitação; clareza; conhecimento das regras textuais; originalidade; relevância e, entre várias coisas, ‘unidade’, ‘não contradição’, ‘progresso’ e ‘duração’ do seu discurso”. E este discurso é produzido por diversos educadores que reproduzem em série inúmeros analfabetos funcionais pelo mundo.

Nesse mesmo espaço historicamente determinado, o indivíduo deve tornar-se sujeito-cidadão (sujeito-cristão) pela apropriação e domínio diferenciado da escrita - um objeto simbólico - e de uma língua imaginária que a partir daí se constrói, bem como pela posse de bens e privilégios que nessa língua escrita se instituem. (VIEIRA, 1999, p. 26).

Nesse sentido, a escola tem sido duramente criticada, pois acredita-se que o papel dela é formar autores eficientes e eficazes inscritos em dizeres e que atendam às normas gramaticais. Mas, segundo Orlandi (2012, p. 109-110), a escola não é sozinha responsável por este processo de formação do escritor:

[...] não é a relação com a escola que define o escritor. Ela poderá ser útil, mas não é nem necessária, nem suficiente. Não é sua tarefa específica formar escritores. Ao contrário, para ser autor, sim: a escola é necessária, embora não suficiente, uma vez que a relação com o fora da escola também constitui a experiência da autoria. De toda forma, a escola, enquanto lugar de reflexão, é um lugar fundamental para a elaboração dessa experiência, a da autoria, na relação com a linguagem.

Segundo Orlandi (2012, p.107-108):

[...] a escola deve propiciar essa passagem - enunciação/autor - de tal forma que o aprendiz possa experimentar práticas que façam com que ele tenha o controle dos mecanismos com os quais está lidando quando escreve. Estes mecanismos são de duas ordens: a) Mecanismos do domínio do processo discursivo, no qual ele se constitui como autor. b) Mecanismos do domínio dos processos textuais nos quais ele marca sua prática de autor.

E, no propósito de promover a assunção à autoria e propiciar momentos aos alunos para que se inscrevam em suas formulações, elaboramos esta atividade que será desenvolvida em três etapas conforme especificadas a seguir.

Primeira etapa – Sugerimos, para esta etapa, a leitura dos seguintes textos: Dois amores; de Paulo Lins; Em favor da própria rua, de Paulo Mendes Campos; Rua! de Antônio Carlos Sarmiento. As narrativas citadas acima tratam-se de ambientes da cidade, possibilitando

aos alunos compreenderem mais sobre como se dá o processo de interação do homem com a sociedade, seus dizeres e sua relação com a exterioridade.

Propomos que a leitura seja feita em sala de aula, em voz alta, através de rodízio, para que cada um possa ler trechos dos textos. Após a leitura de cada texto, os alunos terão a oportunidade de falar sobre as impressões que tiveram sobre cada um deles, e, ao término da leitura de todos, o professor solicitará aos mesmos que coloquem em evidência o que está sendo tratado nos textos, relacionando-os à nomeação das ruas da cidade em que residem. Acreditamos que dessa forma, eles terão a oportunidade de estabelecer um paralelo entre a sua realidade e a que está sendo apreciada nos textos.

Trabalhando desta forma, acreditamos que já teremos uma contribuição muito válida, no sentido de eles já terem argumentos para a formulação de seus textos, pois o professor estará abrindo espaços para que os alunos coloquem as suas interpretações, a fim de que eles se sintam inscritos em seus próprios dizeres. Pois, segundo Orlandi (2020a, p. 76):

[...] podemos dizer que a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação definido pela relação com o Outro (o interdiscurso) e o outro (interlocutor). O que, em análise de discurso, está subsumido pelo chamado efeito-leitor. Assim se configura a determinação ideológica da autoria. O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem 'de fora'. O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa, para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica).

Dessa forma, eles terão a oportunidade de melhor colocar-se como autores nesse processo de interação. Após a realização da leitura e do momento de reflexão entre os envolvidos no processo passaremos para a próxima etapa.

Segunda etapa - Nesta etapa teremos a concretização do processo de leitura como constituição de arquivo³⁵ e a escrita como imbricação das duas materialidades, através da produção escrita, para que os alunos coloquem a compreensão dos sentidos que foram instaurados para a nomeação das ruas de seu município. Dessa forma, será solicitado aos alunos que elaborem textos que abordem a questão da nomeação de ruas, e, neste momento, eles terão acesso às crônicas sugeridas, para dar visibilidade aos seus modos de produção e também para que eles possam refletir e se posicionar sobre a trajetória histórica que compõe todo o processo em que se instaurou as nomeações das ruas de sua cidade. Esta tipologia textual foi eleita por

³⁵ Tomando como base a constituição de um arquivo no sentido pècheuxiano do termo “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. (PÊCHEUX, 2014, p. 59).

ser prevista para o ano em que se enquadra tal proposta, e estar aliada a toda a trajetória por eles percorrida durante o desenvolvimento das atividades anteriores.

Neste momento, os alunos serão convocados a colocarem em prática tudo o que vem desenvolvendo ao longo deste trabalho, assim eles terão a oportunidade de tornarem visíveis os sentidos atribuídos sobre a nomeação das ruas de sua cidade, a partir de suas escritas. E, para que o sujeito se inscreva como autor, segundo a Análise de Discurso, ele é interpelado em sujeito pela ideologia.

Para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é ‘garantida’ pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo) (ORLANDI, 2020b, p. 45).

Daí o fato de se falar em uma forma-sujeito do discurso, resultado desse processo. Segundo Orlandi (2020b, p. 44) “[...] a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para constituição do sujeito e dos sentidos”. Portanto, o modo como o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia através da língua determinará sua relação com a autoria.

Portanto, para este momento, após a leitura das crônicas, será solicitado aos alunos que coloquem seus gestos de interpretação através de um texto ‘reflexivo’³⁶, “[...] um texto no interior do qual elas pudessem exercer uma crítica. Uma crítica reveladora da relatividade do sentido do texto, por um lado, e da institucionalização desse sentido por outro”, (GALLO, 1989, p. 81), pois o objetivo principal desta atividade é que os alunos escrevam textos que tratem de seu real imaginário a partir dos objetos simbólicos apresentados. Pretendemos, neste momento, não “tipificar” o texto que eles irão produzir, pois segundo Gallo (1989, p. 27), ao tipificar um texto, estamos deslocando-o dos “critérios sociais formais”, dos “critérios sociais” e dos “critérios políticos”. O texto formulado pelos nossos alunos depende da sua relação com objeto simbólico e não com o que deve ser determinado pela instituição escolar.

De acordo com Orlandi (2020b, p. 74):

³⁶ Termo utilizado por Gallo (1989, p. 81) em sua dissertação de Mestrado em Linguística.

Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor.

Para este momento de produção, será solicitado aos alunos que escrevam sobre os seus gestos de interpretação sobre a nomeação das ruas de sua cidade. Quais foram as suas impressões sobre a forma que essas ruas foram nomeadas. Se eles concordam com tudo o que viram, ouviram a partir do trabalho realizado ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Assim, os alunos estarão sendo convocados a colocarem em prática a partir de determinadas condições de produção suas produções textuais.

Após o trabalho de escrita, os alunos serão convidados a relerem seus textos para que sejam detectados possíveis desvios de grafia, coesão e coerência textuais. A partir desta dinâmica, o professor poderá fazer um sorteio aleatório de alguns textos, e colocá-los via *data-show* na lousa e, juntamente com os colegas, analisá-lo parágrafo por parágrafo para que a partir dos textos escolhidos, os outros alunos possam enxergar em seus textos os possíveis desvios cometidos por eles também em suas produções textuais.

Realizado este processo de reescrita dos textos, passaremos à terceira etapa desta atividade.

Terceira etapa - Assim, ao finalizar o proposto para segunda etapa, o professor, juntamente com os alunos, irá organizar um momento para realizar uma mostra para toda a Comunidade Escolar. Para que esta etapa se concretize, é necessário que o professor contate a equipe gestora e mobilize todos os envolvidos no processo para confecção de convites e ofícios para as autoridades locais.

Esta etapa servirá para dar visibilidade aos gestos de leitura, materializados nas produções textuais e nas atividades desenvolvidas ao longo do projeto, à comunidade escolar para que tenha acesso aos sentidos atribuídos pelos alunos.

Nesse sentido, acreditamos que ao realizar todo este trabalho estaremos dando condições aos alunos de compreenderem os efeitos de sentido em funcionamento no processo de nomeação das ruas do espaço urbano de São José do Povo-MT, trabalhando sua constituição histórica dos nomes pela perspectiva de alguns conceitos da Análise de Discurso.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Paulo Mendes. **Em favor da própria rua**. 1947. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/cronicas/8236/em-favor-da-propria-rua>. Acesso em: 14 jan. 2023.
- GALLO, Solange L. **O ensino da língua escrita x o ensino do discurso escrito**. 1989. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1989.
- INDURSKY, Freda. A escrita à luz da análise do discurso. *In*: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia Maria Gomes. (org.). **Sujeito e linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 117-131.
- LAGAZZI, Suzy. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes. **XXIII Encontro Nacional da ANPOLL**, 23, 2008. Resumo expandido. Goiânia: ANPOLL, 2008. p. 1-3. Disponível em <http://d1m.fflch.usp.br/sites/d1m.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>. Acesso em 17 mar. 2023.
- LAGAZZI, Suzy. Trajetos do sujeito na composição fílmica. *In*: FLORES, Giovanna Benedetto; GALLO, Solange Maria Leda; LAGAZZI, Suzy; MAFFINECKEL, Nádia Régia; PFEIFFER, Cláudia Castellanos; ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. (org.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**, v. 3. Campinas, SP: Pontes, 2017. p. 23-39.
- LINS, Paulo. **Dois amores**. São Paulo: Nós, 2019.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. A casa e a rua: uma relação político-social. **Educação e Realidade**, v. 36, p. 693-703, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491/14348>>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. Campinas, SP: Cortez, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020a.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4. ed. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas, SP: Unicamp, 2014. p. 57-67.

PFEIFFER, Cláudia Castelhanos. **Que autor é este?** 1995, 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

SARMENTO, Antônio Carlos. **Rua!** 2019. Disponível em:
<https://cronicaseagudas.com/2019/10/27/rua/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Mariza Vieira da. Espaços urbanos – espaços da escrita. **Escrita, escritura, cidade I**. Campinas, n.5, 1999, p. 23-30.